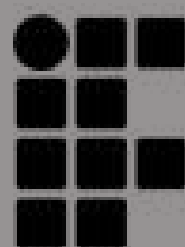


Memórias

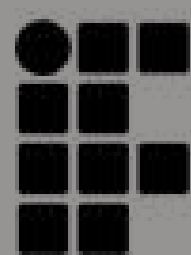


que marcaram a
história de Piumhi

Jornal Alto São Francisco
01/07/2018 à 23/12/2018



INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Avançado Piumhi



INSTITUTO FEDERAL
Minas Gerais
Campus Avançado Piumhi

SUMÁRIO

Um convite à fuga: a carta de D ^a Emília a Dr. Alfredo	4
No banco dos réus: defesa adota a tese da ‘privação dos sentidos e inteligência’	5
Uma história de ambição, amor, ódio e fé no desbravamento da área e fundação do arraial	6
Os precursores da Família Lima	7
Vigário Miguel de Albuquerque é alvo de intrigas e teme inquisição	8
Falso testemunho: ‘flerte’ com moça parda no confessionário	9
Apontamentos sobre a criação da Paróquia	10
‘Desejo que os meus funerais se revistam da maior simplicidade’	11
Energia elétrica em Piumhi: dos acanhados geradores à CEMIG	12
Meio século cadenciando festas cívicas em Piumhi	13
De carregador de água a mecânico e empresário de sucesso em Piumhi	14
Um lastro de realizações na cidade e intensa paixão pela cafeicultura	15
Da família herdou patrimônio e o espírito empreendedor e arrojado	16
Habilitando créditos em um inventário de 195 anos atrás	17
O Novo Testamento do Cônego.....	18
Dia de Finados e os mortos piumhienses	19
Serpente do Oeste faz o seu primeiro centenário	20
O impacto da Proclamação da República em Piumhi.....	21
Origens de acirradas disputas o PSD x UDN ou UDN x PSD	22
A Disputa da UDN e PSD	23
‘Vá chorar na cama que é um lugar mais quente!’	24
A dança das cadeiras no comando de Piumhi: 8 prefeitos em um ano	25

Crime de honra na Piumhi do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz

Um convite à fuga: a carta de Dª Emília a Dr. Alfredo

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Uma correspondência enviada por Dª Emília ao Dr. Alfredo foi incorporada ao processo à folha 57. Seu teor era “soube hontem qe, vais embora manda-me dizer se é isto, Alfredo perdoa-me estes desgostos qe. eu só qe. fui a causadora, mais de joelhos te pesso qe. me perdoe, mais uma vez. Diz me Alfredo se eu fosse pedir a sua Mãi p. ficar ahí com ella. Ella me asseitava, eu não vou fazer nada de mal é só p. sahir desta caza, se ella quizer escreva-me p. eu saber, eu sou uma coitada. Com ella o leve meu perdoar o qe. eu tenho feito ella sofrer” (sic). A carta foi encontrada no bolso da calça que vestia o cadáver do Dr. Alfredo, sendo recolhida e remetida ao Juízo pelo pai da vítima. O Tabelião Thomaz José Barbosa reconheceu a letra de Dona Emília Wemeck.

A DENÚNCIA

Em 19 de setembro de 1893 os autos foram conclusos ao Promotor de Justiça para oferecimento da denúncia, que ainda indignado manifestou seu posicionamento quanto ao processo: os quesitos do exame de corpo delicto não estavam de conformidade com o Código Penal o que prejudica em muito a “classificação do delicto” (Processo: f. 58 - sic), a violação de leis do código quanto a intimação de testemunhas depois de haver sido encerrado o sumário, justifica sua ausência nas inquisições na forma da petição da folha 56 já citada afirmando ainda que aquele acréscimo de testemunhas tinha como objetivo evitar que o réu fosse a julgamento na próxima sessão do júri, e que os traços marcados a lápis no processo não são da promotoria.

A pronúncia foi anexada no processo às folhas dois e três, as quais foram arrancadas do processo. O promotor alegou que a vitima foi alvejada “quando tranquilamente se dirigia para a casa de seu pai” (Processo: f. 59), pedindo as penas do Artigo 294 § 1º do Código Penal: Art. 294: Matar alguém. § 1º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41. Pena: de prisão celular por doze a trinta anos”. A Denúncia foi julgada pelo Juiz como procedente a fim de pronunciar o réu ao julgamento do Tribunal do Júri, ordenando-se que fosse o réu mantido na prisão em que se encontrava, citado do procedimento, seu nome lançado no rol dos culpados e condenado ao pagamento das custas processuais.

A POLÊMICA

A Justiça estava dividida: o Juiz Municipal, utilizando-se da pronúncia, alegou que o protesto do Promotor era ilegal e que visava “perturbar a ação da Justiça como se verifica dos autos” (Processo: f. 59V). Justificou a inquisição de novas testemunhas, como procedimento legal e tinha como objetivo “mais amplo esclarecimentos dos fatos e circunstâncias” (Processo: f.59V). Todavia Anna Prata se ocultou para não ser intimada, uma pena por ser uma “das melhores testemunhas” (Processo: f. 62V) desabafou o Juiz.

Continuou suas murmurações alegando “que a nobre Promotoria enxerga sempre injustiças e violação de toda a parte” (Processo: f. 64) e continua “felizmente este juízo tem por defende-los de tão extravagante denúncia da illustre Promotoria, a população honesta desta cidade” (Processo: f. 64V - sic). Tentava a todo custo provar sua imparcialidade colocando em cheque pelo Promotor que alegou “tendo o delicto em questão, trouxe pânico e terror na cidade” (Processo: f. 65 - sic): “Este Juízo nunca teve relações íntimas de amizade com o Juiz de Direito desta Comarca e nunca foi e não é amigo e nem inimigo do réo Pedro Wemeck” (Processo: f. 65) concluindo que “nenhuma protelação e violação houve” (Processo: f. 65 - sic).

Justificou que foi conhecimento de todos que o juízo andou de casa em casa nesta cidade procurando abrigo para a família do criminoso, não por amizade a ele, mas “para atender o pedido da nobre Promotoria e para satisfazê-la, achando felizmente depois de muitas dificuldades e trabalhos um cidadão honesto que acolheu-os em sua casa” (Processo: f. 67V - sic). Finalizou suas queixas e arguições elucidando que “A população honesta desta cidade há presenciado quanto este Juízo tem feito e continua a fazer: para que não haja alteração da ordem pública e meu serviço é profissional como outro qualquer” (Processo: f.67).

O JULGAMENTO

O sorteio dos jurados foi realizado em 11 de setembro e foi designado o julgamento para 26 de dezembro, devendo tudo ser organizado para sua efetivação, contudo o tempo foi curto e julgamento teve de ser adiado.

Insatisfeito com os rumos que o processo estava tendo, o Doutor Cláudio, lavrou na folha 73 e seguintes do processo o seu desabafo no qual reconheceu “sou suspeito na presente causa, por ser pai da infeliz vítima, sacrificada por postertado motivo” (Processo: f. 73 - sic). Mais adiante o Juiz de Direito reclama que as “testemunhas do processo não foram as melhores, não sou eu quem o diz, mas sim pessoas que se achavam na porta da cadeia, como assumira ter ouvido o próprio Senhor Juiz Substituto ao se retirar-se depois de ter procedido o interrogatório do réu” (Processo: f. 73).

Disse também que as testemunhas que diziam amigas do réu riam dele pelas costas e que o alarde de linchamento do acusado era obra de seus amigos para fazer dele um “coitadinho”. Disse mais que “O réu com premeditação, e escandalosamente na rua pública desta cidade, em claro dia por fazer o mesmo ostentação, cometheo o ouzado a atroz atentado, e ainda achou que o alarde espalhasse inventados boatos com visível intuito de angariar-lhe proteção” (Processo: f. 74 - sic). Questionou o fato de que o réu tem “gozado de regalias, que nunca puderão outros menores criminosos, porém muito mais infelizes e desprotegidos da sorte” (Processo: f. 75 - sic). Conclui o documento lavrada aos 6 de outubro de 1893 dizendo “mas... sou suspeito, pelo que sejam os autos conclusos a que é de direito” (Processo: f. 75 - sic).

AS REGALIAS

Diante do desabafo do Juiz de Direito, o Juiz Municipal Substituto Dr. José Poppe ficou impedido de concluir os autos passando essa responsabilidade para o 1º Juiz de Paz Alfredo Florêncio Rodrigues, o qual deu parecer aos 9 de outubro de 1893, ressaltando que “não foi regular a demora havida na formação da culpa, estando o reo preso, e nem podem justificar a demora as razões apresentadas pelo Dr. Juiz Substituto, porque a liberdade e a suspensão dos direitos civis e políticas do cidadão, é objeto urgente e preferencial a todo outro trabalho, qualquer elle que seja” (Processo: f. 76). Os autos foram conclusos e despachado para o Juiz Municipal Dr. Poppe o qual deu ordem para o cumprimento do despacho, apresentando o processo ao Promotor para oferecer o seu libelo acusatório.

Neste mesmo ato o Dr. Poppe responde as acusações feitas pelo Dr. Cláudio ressaltando que sobre as regalias “declaro terminantemente a bein da Justiça que nenhuma responsabilidade me cabe por tal fato criminoso. É verdade que tenho visto quase sempre o criminoso de morte Pedro Wemeck, inteiramente livre e sem guarda alguma em um corredor da cadeia e conversando com um homem mudo em estado de completa embriaguês” (Processo: f. 77V - sic). Alegou também que solicitou providências a respeito e concluiu ressaltando que “finalmente, o cidadão Delegado de Polícia é quem tem a administração da cadeia” (Processo: f. 77Vsic).

AS DISCUSSÕES

O libelo do crime foi apresentado no dia 23 de outubro de 1893 pelo Promotor de Justiça Dr. Arthur Cézár da Silva Lima. O documento questionava a validade e irregularidade nos quesitos do exame de corpo delicto ressaltando que este “é peça essencial do processo e melhor prova da existência do crime” (Processo: f. 78V), citando uma série de artigos do Código Penal que justificasse sua acusação. Criticou o Juiz Municipal Substituto por não formular e redigir bem esses quesitos utilizando regras e artigos arcaicos (É possível o Dr. Poppe tenha se fundamentado no Código Crime de 1830 revogado pelo Código Penal de 1890). Continuou insistindo na tese da demora na formação da culpa e no consequente atraso do julgamento do réu. Questionou também as testemunhas e o fato do Juiz Substituto ter encerrado o Sumário de Culpa sem ter ouvido todas ou pelo menos “inquirido em número legal” (Processo: f. 81), salientando que “a falta destas testemunhas em número legal anula o processo” (Processo: f. 81). Insistiu na possibilidade de que o réu tivesse cúmplices, ideia descartada pela forma que o Juiz conduziu o processo. Afirmou ainda que não houve “ne-

gligência da parte da Promotoria, ella apenas cumprio com altivez sua árdua, mas nobilíssima missão, sem medir consequências, nem pesar sacrificios” (Processo: f. 81 - sic). Finalizou o documento alertando que “Quanto ao que o Senhor Juiz Substituto disse relativamente a sua pessoa, não cabe a esta Promotoria discutir aqui, e assim limita-se a declarar que somente independente o recto magistrado que proceda com independência e retidão” (Processo: f. 83V - sic).

O LIBELO

Em 23 de outubro de 1893, o Promotor Arthur Lima apresenta o “Libelo do Crime”, no qual cita os quesitos relevantes a serem arguidos no julgamento e a sustentação acusatória concluindo o documento com as palavras “Nestes termos pede-se a condenação do réo no máximo do rt. 294 § 1º do Cód. Penal, visto concorrerem, além as circunstâncias do Art. 39 §§ 2º e 7º do mesmo Cód. constitutivos do crime, a agravante mencionada no § 5º do citado art.” (Processo: f. 86V - sic). Requerem além da acusação que “tenha lugar todas as diligências necessárias, e especialmente que sejam intimadas as testemunhas abaixo arroladas para as sessões do Júry” (Processo: f. 86V - sic), citando as seis testemunhas do processo. No dia seguinte o Juiz recebe o Libelo do Crime e manda que fosse juntado ao processo. Ordena que as testemunhas fossem notificadas do comparecimento e que fossem produzidas cópias do Libelo e mais partes do processo para o acusado e seus procuradores.

O Juiz aproveitou essa ocasião para responder as acusações impostas pelo Promotor no documento juntado à folha 78, ressaltando que suas razões “não abalam a este Juízo que está de consciência de um procedimento legal” (Processo: f. 87V). Mesmo não se sentindo ameaçado reconheceu que “este Juízo se vê forçado, para esclarecimento da verdade e defesa da Justiça e enfim para a compreensão da questão ventilada pela nobre Promotoria” (Processo: f. 88 – sic). Alegou que a Promotoria “patenteou evidentemente querer ser superior hierarquicamente deste Juízo, fato que deixa a apreciação dos homens sensatos e honestos” (Processo: f. 87V).

Enumerou as acusações e respondeu-as uma a uma citando leis, artigos e doutrinadores dentre os quais Virgílio de Mello Franco, Nabuco, e Pimenta Bueno, deste pinçamos uma citação “embora o acusado confesse o delicto, o processo segue seus termos regulares” (Processo: f. 89V - sic) e afirma que Promotoria se dava satisfeita apenas com a confissão. Esclareceu ainda que o acusado não se entregou, mas foi “preso em flagrante delicto” (Processo: f. 100V - sic).

OS JURADOS

O processo ficou paralisado até 5 de janeiro de 1894 (provavelmente por causa de algum recesso), quando o escrivão expede certidão atestando que o réu recebeu o libelo e mais documentos e que testemunhas foram notificadas para comparecerem ao julgamento no dia 26 de Janeiro. Descobre-se que Dona Emília tinha se mudado de Piumhi, voltando a residir em Itaperuna, estado do Rio de Janeiro, sendo notificada por Carta Precatória.

Em 2 de janeiro de 1894 o Juiz de Paz Alfredo Florêncio Rodrigues no exercício da função de Juiz Substituto da Comarca procedeu a realização do Edital de Convocação do Júri, no qual constava que o Juiz Interino da Comarca Dr. José Poppe havia designado o julgamento para o dia 26 de janeiro, às 10 horas e que 32 jurados haviam sido sorteados, sendo 23 do Distrito da Cidade, 4 de São Roque, 2 de São João Batista do Glória, 2 da Pimenta e 1 de Perobas. O documento convida a população para participar das sessões. Cópias do documento foram remetidas aos Juizes de Paz dos Distritos para que pudessem notificar as testemunhas e jurados.

Na semana passada havia informado que encerraria essa novela neste capítulo, todavia a discussão judicial em Juiz de Direito, Juiz Municipal, Juiz de Paz e Promotor mostrou-se interessante e julguei prudente registrá-la, de forma que para que não delongue tratemos do julgamento e do desfecho dessa situação que chocou Piumhi e deixou nossa cidade sem Juiz de Direito e sem médico no próximo e derradeiro capítulo.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Um convite à fuga: a carta de Dª Emília a Dr. Alfredo: crime de honra em Piumhi do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 1 jul. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA PIUMHIENSE
Crime de honra na Piumhi do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz (Final)
<div><div><div><div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div></div> <div><h2>No banco dos réus: defesa adota a tese da ‘privação dos sentidos e inteligência’</h2></div> <div><div><div><div><div><div></div><div>LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO</div></div></div><div></div></div></div></div> <div><p>Estando tudo preparado, o Juiz de Paz, Alfredo Florêncio Rodrigues determina mandado de intimação para as testemunhas, datado em 4 de janeiro de 1894, no verso do qual o Oficial José Cassiano de Souza Monteiro certifica, aos 20 de janeiro, ter intimado todas exceto Dona Emília “por se achar para fora do termo” (Processo: f. 106). No mesmo dia o Juiz de Paz arrematou “estando preparado este processo seja apresentado ao Tribunal do Júry” (Processo: f. 107). No dia do julgamento, 26 de janeiro, o Juiz de Paz entregou os autos ao Juiz de Direito Interino Dr. José Poppe como constou de termo registrado no mesmo processo. Por sua vez este deu o despacho: “estando este processo devidamente preparado, seja hoje submetido a julgamento. Sala das Sessões do Tribunal do Júry , 26 de Janeiro de 1894. Poppe” (Processo: f. 108V).</p><p>O julgamento iniciou às 10 horas, quando o porteiro interino do Júri Joaquim Honório Terra tocou a campainha, estando o local de “portas abertas” (Processo: f. 135). O Juiz conferiu oralmente o número das cédulas. Foi feita a chamada verificando-se a presença de 29 dos 32 jurados intimados, impondo uma multa de 10 mil réis aos faltosos, à exceção de Antônio Pimentel impedido por servir de testemunha no caso. Em ato contínuo o Juiz de Paz fez a leitura do processo e a chamada das partes e testemunhas. O sorteio foi realizado pelo menor Arlindo Barcelos que retirou da urna as cédulas uma a uma. Ao todo foram 7 recusas da defesa, 4 da Promotoria e um impedido por ser cunhado de outro já sorteado (João Soares Ferreira Primo era cunhado de Francisco Leite de Mello).</p><p>O Tribunal do Júri, em número de 8, ficou constituído da seguinte forma: Manoel Alves Pereira, Francisco Leite de Mello, Francisco José da Costa, José Ferreira da Silva, Francisco Joaquim Peixoto, João Christino Botelho, José Camillo da Costa e Severino Baptista de Mello. Formado o conselho o Juiz Presidente Dr. Poppe procedeu ao juramento através do ritual “com a mão direta sobre o livro dos Santos Evangelhos, em alta voz a seguinte fórmula: Juro pronunciar bem e sinceramente n’esta causa, haver-me com franqueza e verdade, só tendo diante de meus olhos Deus e a lei, e proferi o meo voto segundo a minha consciência; e depois dizendo sucessivamente os mais juízes de facto com a mão direita sobre o mesmo livro e em alta voz: Assim Juro” (Processo: f. 109 - sic). O primeiro sorteado serviu de presidente interino do conselho até que Francisco José da Costa foi eleito pelo voto secreto, o qual foi auxiliado por João Christino Botelho que lhe serviu de secretário.</p><h3>A HONRA DO LAR</h3><p>Estando o réu “livre de ferros e sem coação alguma” (Processo: f. 110) foi qualificado, interrogado pelo Dr. Poppe, ouviu a leitura da formação da culpa e apresentou sua defesa escrita, acompanhada de três documentos. Após esses atos protocolares, fazendo uso da</p></div> <div><p>palavra o Promotor inquiriu três testemunhas que repetiram suas histórias e acrescentaram alguns detalhes interessantes como José Vicente Ferreira que afirmou ter visto Werneck antes de viajar e que ouviu este “recomendar a sua família ao Senhor Doutor Cláudio, pai da victima, que também estava presente, e o mesmo Doutor dizer ao acusado vá sem susto que sua mulher fica sobre a minha guarda, minha esposa gosta muito da sua, e é muito amiga, meu filho Doutor Alfredo é médico e esta sempre as ordens de sua família que nada soffrerá” (Processo: f. 113V - sic). O Dr. Arthur Lima insistiu na condenação na forma apresentada no Libelo do Crime.</p><p>A defesa foi promovida pelo advogado Ananias Manoel Teixeira que adotou a tese da “privação dos sentidos e inteligência” (Processo: f. 139V). Reconheceu a existência do crime, mas defendeu a ideia de que o acusado “não pode ser considerado criminoso, e seria iníqua a imposição de qualquer pena” (Processo: f. 139V). Justificou sua afirmativa nas circunstâncias do fato e na vida pregressa de seu cliente, provada em certidões emitidas pelos Tabeliães dos Cartórios Criminais das cidades por onde passou: Itaperuna, Campos dos Goitacazes e Carangola.</p><p>Afirmou ainda que “Em verdade, a presença de costumes, honestidade e honra de família sendo condições essenciais para conservação da ordem e da existência da sociedade, o ataque a essas convicções, ferindo aos mais santos e sagradas afeições, afetando profundamente o futuro da família, é o pior mal que se possa imaginar, para uma sociedade onde se presa a dignidade e a honra do lar” (Processo: f. 122), continua seu raciocínio “imposição tal que a solução adnithida pela lei e principalmente pelos nossos costumes, é a que se deu, sob pena de ficar o atacado ou ofendido para sempre infamado, exposto com toda a sua família ao escarnio, ao desprezo público” (Processo: f. 122 e 122V). Invocou a favor de seu cliente a “sábia disposição do Art. 27, § 4º do Cod. Penal” (Processo: f. 122V). O referido Artigo e o citado definem que “Art. 27 – Não São Criminoso: § 4º Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e inteligência no ato de cometer o crime”.</p><h3>A SALA SECRETA</h3><p>Após a réplica e tréplica Dr. Poppe suspendeu a sessão por uma hora com o intuito de “preparar-se os cartões do sim e do não para a resposta do Júry de sentença” (Processo: f. 140 - sic). O Juiz explicou os quesitos e após compreendê-los os jurados deixaram a sala pública e se recolheram na sala secreta sob a escolta dos oficiais de justiça Joaquim Honório Terra e Thomé Antônio da Silva que serviram de sentinelas na porta a fim de garantir a incomunicabilidade deles com o meio externo. Respondido os quesitos o Juiz mandou que os oficiais trouxessem à sala pública os juízes de fato.</p><p>Quanto aos quesitos e suas respostas ficaram definidos da seguinte forma: 1º) O réu Pedro Moreira Werneck no dia dois de setembro do ano 1º passado, nesta cidade, desferiu dois tiros de espingarda no Doutor Alfredo Garção Stockler de Lima, que</p></div> <div><p>produziram-lhe os ferimentos descritos no auto de corpo delito, falecendo o mesmo quase instantaneamente – responderam sim por unanimidade de votos (Entende-se por unanimidade de votos, nesse caso, sete votos, uma vez que o Presidente do Conselho do Júri era impedido de votar); 2º Esses ferimentos foram por sua natureza e sede a causa eficiente da morte do paciente – responderam por unanimidade que sim; 3º O réu cometeu o crime com premeditação, mediando entre a deliberação criminoso e a execução o espaço de pelo menos 24 horas? – responderam que não por sete votos; 4º O réu cometeu o crime com superioridade de armas, de modo que o ofendido não pudera defender-se com probabilidade de repelir a ofensa – responderam sim por unanimidade; 5º O réu cometeu o crime com supresa? – responderam não por unanimidade de votos (Indignado alguém marcou ao lado da resposta deste quesito um “!” em caneta de cor vermelha); 6º Existe alguma circunstância atenuante a favor do réu? – responderam sim por unanimidade; 7º O réu cometeu o crime porque se achava em estado de completa privação de sentidos e inteligência? – responderam que sim por unanimidade de votos.</p><h3>ABSOLVO O RÉU</h3><p>Lido os quesitos e suas respostas Dr. Poppe leu sua sentença em alta voz “em vista do Promotor, defensor e mais circunstantes” (Processo: f. 141V). O teor da sentença foi “De conformidade com as decisões do Tribunal do Júry, absolvo o acusado Pedro Moreira Wemeck da acusação que lhe foi intentada e mando que incontinentemente se lhe passe alvará de soltura se por ventura estiver preso e pague o Cofre do Estado as custas na forma da lei. Sala das Sessões do Júry do Tribunal do Júri da Cidade de Piumhy, 27 de Janeiro de 1894. O Presidente do Tribunal do Júry. José Poppe da Silva Lopes” (Processo: f. 120 e 120V. No mesmo dia foi julgado outro réu e a sessão foi encerrada “às duas e meia da manhã do dia 27 de janeiro em continuação do dia 26” (Processo: f. 141V). A sentença foi publicada na mesma ocasião como consta da certidão lavrada pelo escrivão José Vicente Barcelos.</p><p>De acordo com os cálculos do contador Almada, que recebeu o processo no dia 5 de fevereiro de 1894, as custas do processo somaram a cifra de 304\$970 (Trezentos e quatro Mil novecentos e setenta réis) sendo a metade (152\$485) a ser paga pelo acusado e a outra pelos cofres do Estado.</p><p>Inconformado com absolvição do assassino de seu filho, Dr. Cláudio abandona Piumhi e sua função de Juiz de Direito desta Comarca: Piumhi se viu, mediante a um crime de honra, sem médico e sem Juiz de Direito. Werneck, certamente envergonhado não do que fez, mas da mancha em sua honra, também abandona Piumhi, provavelmente indo para Itaperuna manter seu casamento com Dona Emília. Assim termina esse caso fatídico que incomodou a sociedade piumhiense em fins do século XIX.</p></div> <div><div><div><div><div><div></div><div>Fale com o autor:</div></div></div><div></div><div>professorluismelo@gmail.com</div></div></div></div>

MELO, Luís Augusto Júnio. No banco dos réus: defesa adota a tese da 'privação dos sentidos e inteligência': crime de honra na Piumhi do século 19 deixa a cidade sem médico e sem juiz (Final). **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 8 jul. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

Uma história de ambição, amor, ódio e fé no desbravamento da área e fundação do arraial

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Piumhi é uma cidade que nasceu do sonho dourado da riqueza fácil: a mineração. Assim nossa cidade é fruto da ambição, do amor, do ódio, da fé, enfim de uma miscelânea de sentimentos que resultaram na alcunha de “Cidade Carinho”. A ambição era o que movia os bandeirantes paulistas a procura de ouro e pedras preciosas. Alimentando esse sonho João Batista Maciel nutria a esperança de encontrar muito ouro no Alto São Francisco. Para conseguir recursos trocou sua famosa fazenda Piraquara em dois escravos e partiu rumo ao Sertão do Piumhi, então uma terra deserta habitada apenas por índios e quilombos. Chegando aqui a ambição de Maciel cegou suas vistas: o pouco que conseguiu garimpar parecia uma fortuna incalculável. Tão logo semeou suas ilusões nos habitantes de Tiradentes, os quais foram à loucura com a esperança da riqueza fácil. Vale a pena registrar que nessa época, por volta de 1731, as minas de ouro já se encontravam escassas devido a ação da exploração predatória.

Aportando por essas bandas, o ouro extraído não cobriu as despesas da viagem organizada pela Câmara Municipal de Pitangui: origem de grave confusão que rendeu a prisão de Maciel e um tiro no braço do Procurador João Veloso Falcão. Maciel fugiu, embrenhando-se na mata com seus filhos e agregados. Da comitiva alguns mantiveram o sonho dourado e continuaram balançando suas bateias nas barrancas do São Francisco e afluentes: é a fundação de

Piumhi. A cada dia mais pessoas fixavam-se no local e que ia lentamente crescendo, embora muito pequena e singela, seguia tranquila e serena, em plena paz e harmonia. A povoação foi debelada pelos ataques dos quilombos e a terra ficou quase deserta – eles foram destruídos e o arraial renasceu.

EM NOME DE DEUS

Entretanto, os Sesmeiros Capitão Luís Antônio e José Alves Pereira – estes apontados por Machado – note-se que os nomes diferem dos registrados por Oscar Rocha: o Capitão Antônio Luiz Vilela e Fernão Alves dos Santos. A discórdia entre os sesmeiros sobreviveu à formação do arraial. A origem da rixa era a posse de uma área de terras cercada por dois córregos, sendo que um destes marcava a linha divisória de suas sesmarias. Muito discutiram, mas nenhum acordo foi firmado. Diante do impasse o padre e algumas pessoas de melhor posição do arraial fizeram suas tentativas de harmonizar os donatários, no entanto tudo em vão.

A desordem continuou ao ponto de se resolverem a questão em um duelo. Não era de admirar a radical solução, pois a ignorância e o espírito rude os motivaram lavar a honra com sangue. Além disso, haviam muitas dificuldades para resolver a contenda na Justiça, devido a longa distância do arraial com a sede da Comarca. Ambos os donatários eram homens rústicos, sem instrução, valentes e de grande ignorância.

O duelo foi marcado para um dia de domingo, após a missa matinal. Até testemunhas foram convidadas para dar fé do que vissem.

No triste dia do episódio quase todos habitantes do vilarejo se faziam presentes ao redor da Capela. Machado registrou: “O povo, com fisionomia tristonha, aguardava o desfecho da questão, quando o padre Marcos, em tom de voz grave e imperioso fala aos contendores em nome de Deus e da religião aos dois e os conjura para não se matarem em duelo, porque, além de perderem suas vidas e terras, perderiam infalivelmente suas almas por toda a eternidade. Assim, aconselhava-os a terminarem a questão de modo honroso para ambos, dando o terreno litigioso para Patrimônio de Nossa Senhora do Livramento, pois que, ali, estava a sua capela, onde sua imagem já se achava entronizada, por isso era muito justo, que tal terreno pertencesse à mesma”.

Paróquia episcopal em 1758, colada em 1803. Vila em 1º de abril de 1841, instalada em 7 de abril do ano seguinte. Cidade em 20 de julho de 1868. É como sempre digo Piumhi é uma cidade que nasceu da ambição, consolidou-se na fé e perseverou no amor tomando-se a Cidade Carinho. Se existe uma palavra que define de forma simplória ser piumhiense, essa palavra é orgulho. Parabéns cidade Piumhi pelo seu primeiro sesquicentenário (150 anos)!

PS: Em parceria com o prezado e estimado Rômulo Agresta entregaremos a oportunidade de Piumhi conhecer Piumhi com a publicação do livro “Dois Séculos de História – Piumhi e o Desbravamento do Centro- Oeste Mineiro – Séculos XVIII e XIX.”

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Os precursores da Família Lima

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Diante das testemunhas Antério Luiz Teixeira e Joaquim Teixeira Álvares, na presença do padre Manoel Bernardes da Silveira, o casal Vicente José de Lima e Antônia Joanna de Jesus casaram-se “face da Igreja” em 25 de maio de 1809 (Paróquia NSL: Livro de Casamento nº 1ª, fls. 11V). O nubente era natural de Franca, onde nasceu em fevereiro de 1787, sendo filho de Antônio Pedro de Lima, este de Congonhas do Campo e Anna Maria de Jesus, esta “natural da Freguesia de São José”, atual cidade de Tiradentes. A noiva era natural de Piumhi e filha de José da Silva e Souza e Thereza Maria de Jesus, respectivamente naturais do Rio de Janeiro e Prados.

Vicente e Antônia Joanna, apesar da pouca projeção na história da cidade, são de grande importância no contexto da construção da sociedade piumhiense, pois representam os precursores da tradicional Família Lima, ainda muito evidente em Piumhi; O casal teve os filhos: David Satumino de Lima; Antônio; Maria; Clementina; Senhorinha; Anna (nascida em 1820); Daniel e Jezuína.

‘MORRER NA FÉ’

Antes de morrer, Vicente deixou

uma Carta Testamento na qual deu recomendações morais e fúnebres aos filhos: “Carta que faço aos meus filhos. Meus amados e queridos filhos, como em 78 anos e seis meses que tem sido o prazo de minha vida neste mundo até a esta data não adquiri fortuna para vos deixar em herança. Contento-me em deixar a minha bênção paternal em que vos abençoou-os em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, na fé em que creio firmemente e protesto viver e morrer na fé de Jesus Cristo. Tenho a encomendar-vos lhes seguistes: 1º não desprezaeis a vossa cansada e amorosa mãe; 2º que não vos esqueçais dos Pobres e não cuides que a esmola tem na virtude por grande, cada um dá conforme o poder que Deus deu e sobretudo sedemente a Deus observai a sua divina lei, que e a chave segura do céu.

‘CAIXÃO PRONTO’

Também tenho a vos pedir uma esmola que é que cada um de vocês manda dizer três Missas: a 1ª pela minha alma, a segunda pelas almas de todos os seus Avós e a terceira pelas almas de todos os meus benfeitores e que tiveram negócios comigo. Para o

meu enterro já deixo o caixão pronto e feito e que servirá para me carregarem para a Igreja e depois de lá estar quero ser enterrado sem ele, e podem o guardar na Igreja ou em casa para quando a sua Mãe precisar dele; e o meu corpo poderá ser envolto em um lençol ou que vocês quiserem. A minha vontade é ser enterrado perto do presbitério perto do meu amigo Capitão Caetano, e se aí não consentir contento-me ser enterrado na porta da Igreja ou perto do Cruzeiro. E constituo todos os meus Filhos meus procuradores para procurar a satisfação desses pedidos, e peço a terra que me receba o meu corpo por ser descendente de Adão e que me seja leve, aos 21 de Agosto de 1865. (a) Vicente José de Lima”.

Vicente José de Lima morreu com 78 anos de idade em Piumhi no mesmo ano da carta, isto é, 1865. Sua esposa lhe sobreviveu até 23 de novembro de 1896.

Parabéns a todos piumhienses pelo 1º Sesquicentenário de nossa “Cidade Carinho”.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Vigário Miguel de Albuquerque é alvo de intrigas e teme inquisição

Carta do Arquivo da Torre do Tombo de Portugal dão conta da vida cotidiana do Pihuhy de fins do século XVIII (Parte I)

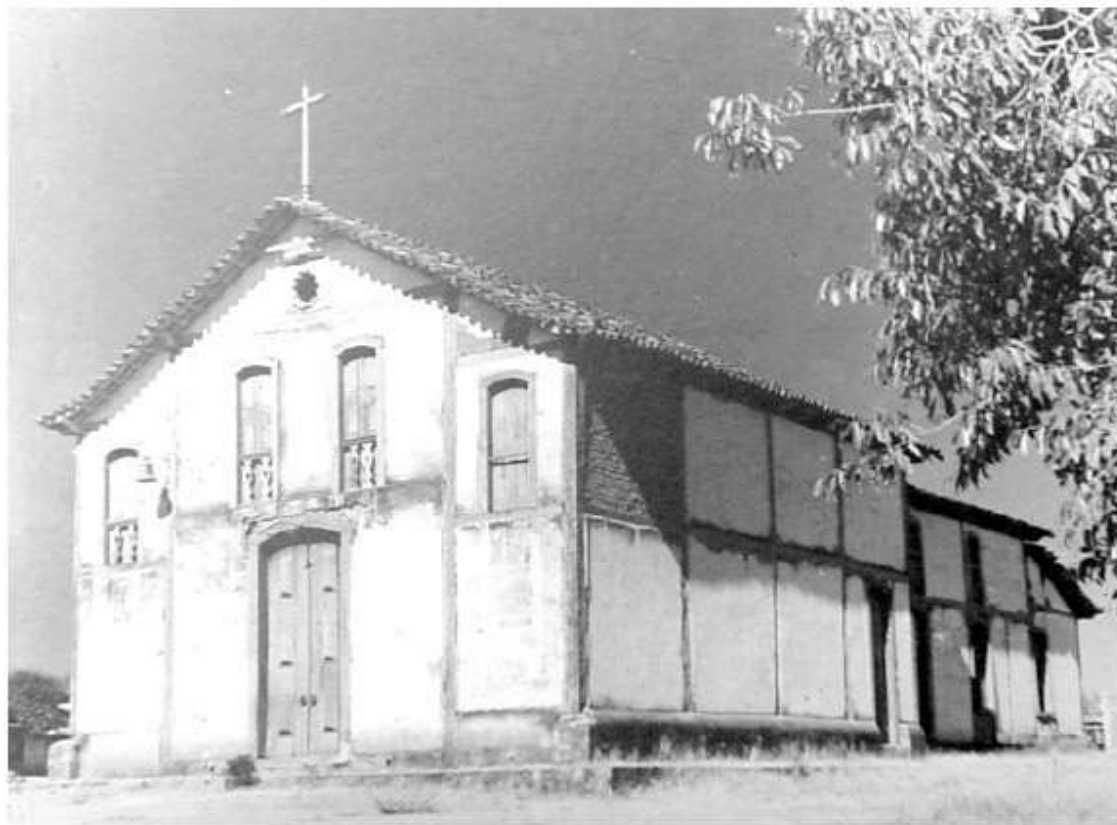
ALTO ARQUIVO

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O Arquivo da Torre do Tombo em Portugal guarda a maior coleção de documentos históricos do período colonial brasileiro. Em um universo de milhares de documentos, localizamos um que nos ajuda a compreender como foi a vida e o trabalho do Vigário Miguel de Albuquerque em Piumhi.

O documento consta de uma carta escrita pelo próprio Vigário Miguel de Albuquerque em 30 de maio de 1791 no qual faz defesa e apresenta em anexo uma certidão de um codicilo utilizado em sua aparente justificação junto ao Tribunal de Santa Inquisição. A carta foi endereçada ao Vigário Nicolau Gomes Xavier. O Vigário Albuquerque começa sua correspondência da seguinte forma: “Dou parte a Vossa Mercê em como o Senhor Bispo, me mandou para este canto do Sertão de Piuhy, e nele residindo a cinco anos: E como nele achei gentes libertinas, e sem se confessarem havia muitos anos, conto que chegou a ele com provisões, se conjurarão contra mim, com imposturas, e testemunhos falsos, do que eu nunca fazia caso disso, por ter vivido sempre até o presente Inocente, e livre de ter caído, e cometido de semelhantes aleivosias que me tem acumulado, e me querem macular; como são dizerem e publicarem”.

É nítido o desespero do Vigário que se alegava insistentemente inocente das acusações que alguns de seus fiéis lhe imputavam. Entre as pessoas que se indispueram com o Vigário estavam José Ribeiro de Mattos, que há anos era amancebado com uma cunhada, irmã



A antiga igreja do Rosário edificada em 1828 e que nos anos 1950 cederia espaço para a igreja Nossa Senhora do Rosário de Fátima edificada pelo padre Abel

de sua mulher; Luís Antônio da Silva, também amancebado há muitos anos; e Manoel Machado Parreiras. Todos eles foram procurados pelo Vigário aos quais ele manifestava querer regularizar suas situações matrimoniais e nas palavras do Vigário os “tirar do caminho do inferno, para o caminho da salvação”.

Revoltados com a intromissão do padre tais homens se uniram e “mancomunados, novamente a publicar que era muita verdade, e ser eu solicitante e sigilista”. O padre continuava a se defender: “E assim Reverendíssimo Senhor, eu para com Deus, nosso Senhor, nunca delingue, por Deus nosso Senhor”, insistindo escreveu: “como me querem macular com semelhantes imposturas, dessas mesmas imposturas caluniosas, me denuncio e me deu por denunciado por verdadeira que for”.

Seguindo o Vigário demonstra sua confiança e ao mesmo tempo dá a perceber sua maior preocupação: tinha sido denunciado pelos intrigantes ao

Bispo e ao Tribunal de Santa Inquisição.

O temor da prisão, tortura e morte na fogueira era o que tirava o sono do Vigário. É através de suas próprias palavras que percebemos o misto de confiança e temor: “E como não Ignoro a Seletíssima Justiça do Santo Tribunal do Santo Ofício, como a gente no mundo estão tão perversa, que todas as vezes que um Sacerdote faz a sua obrigação, e os querer tirar da vida libertina, não procuram a Deus, e nem o temem; só sim procuram o esforço de lhe acumularem Iniquidades, nunca sonhadas, e a fim de se vingarem, e para melhor Vossa Mercê vir no conhecimento do que é o mando, e Vossa Mercê o que tenho sofrido neste canto, que Deus seja servido seja por penitência de meus pecados, remeto esse papel para Vossa Mercê ter a bondade de olhar”.

Na próxima edição será analisado o codicilo utilizado pelo padre como meio de defesa.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MEMÓRIA

Intrigas envolvendo o vigário: Carta do Arquivo da Torre do Tombo de Portugal dão conta da vida cotidiana do Pihuhy de fins do século XVIII (Parte II)

Falso testemunho: ‘flerte’ com moça parda no confessionalário

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Dando sequência ao texto da semana passada, o “papel” que o primeiro Vigário residente em Piumhi enviou anexado à carta destinada ao Padre Nicolau tratava-se de um codicilo, documento feito a hora da morte, por um de seus caluniadores. Sobre o autor da disposição de última vontade o Vigário Albuquerque desejava, na carta, que “Deus lhe tenha a sua mesma na glória por esmola” – dando a entender que quando a escreveu o autor do codicilo já havia falecido. Explicou ainda que o original havia sido inundado ao Bispo e encerrou a carta dizendo “que muito Estimo, que Vossa Mercê sobre o que espero da sua retidão, e justiça, e que lhe assista uma saúde vigorosa”.

Terminada a carta, segue a cópia da Certidão do Codicilo. Esse documento foi lavrado no leito de morte e a pedido do Alferes João Pereira da Rocha, em 7 de agosto de 1790. Como não podia escrever o declarante pediu seu afiliado, que também era Escrivão da Vintena, Manoel Francisco Rodrigues que lavrasse a declaração a fim de que pudesse reparar alguns erros cometidos ao longo de sua vida.

O documento foi escrito conforme requisitos legais e por isso foi registrado no Cartório do Judicial e Notas da Vila de São Bento do Tamanduá, no Segundo Livro, às folhas 1. Ciente desse importante documento, o Vigário Miguel de Albuquerque solicitou ao Juiz Ordinário Capitão Antônio da Costa Ferreira uma certidão, o qual deu despacho autorizando a emissão da mesma “em forma, que faça fé”. O Tabelião Jacome Lopes Cardoso lavrou, em 19 de fevereiro de 1791, a Certidão que continha as últimas disposições de vontade do Alferes Pereira da Rocha sob a forma de um codicilo. Nesse sentido, o documento se iniciou com as formalidades protocolares e segue através das palavras do próprio declarante que busca esboçar uma descrição de sua própria conduta de vida.

ÀS PORTAS DA MORTE

“Digo eu João Pereira da Rocha abaixo assinado que por ter pecado toda a minha vida, cheio de soberba vaidade, envergonha por nunca querer o bem sobre mim e ter vivido sempre sujo de maldades e mostrando-me no mundo um e para com Deus outro muito diferente, e como me acho às portas da morte, e ver, a saber, que não me posso salvar sem destituir as calúnias e injúrias e imposturas que pus aos meus próximos abaixo nomeados, compreenda pelos não ter o que desejara destituir no tempo presente pessoalmente depondo-se, mas como de nenhuma sorte posso fazer o faço no modo possível que posso”.

O nome do declarante, João Pereira da Rocha, não nos é estranho, uma vez que já o citamos nas denúncias do Tenente Luís Antônio da Silva ao Mestre de Campo Ignácio Corrêa Pamplona, sendo este também o usurpador do cargo de Comandante do Arraial de Piumhi, como já vimos anteriormente. O próprio declarante reconhece sua conduta de vida como indisciplinada e tendenciosa ao mal corroborando as denúncias do Tenente Antônio da Silva. Ao perceber que a morte se aproximava, mandou chamar o Tabelião e ditou sua declaração de codicilo com intuito de minimizar os efeitos de suas ações aos prejudicados e tentar pela misericórdia de Deus livrar sua alma do inferno, como era o costume religioso da época. Alegou também a intenção de fazê-lo pessoalmente, mas dadas suas condições físicas de enfermidade, era impedido de tal fato. Pelo teor das declarações, acredita-se, que mesmo que tivesse as condições de fazê-las pessoalmente, não teria a coragem necessária.

ATTITUDE INSANA

Declarou que imputou ao falecido José da Serra Caldeira através de denúncias, feitas ao General, de crimes que nunca ocorreram e que para “incriminá-lo induzi sete ou oito testemunhas que todas juraram o que eu quis”. Justificou sua atitude insana nos simples fatos de o referido Serra Caldeira “lhe dever uma fazenda, ser comandante nesta terra e não me foi ter entre os mais com distinção”. Nota-se claramente o desejo de João Pereira em se tornar Comandante desta terra,

bem como a sua exigência de privilégios junto aos governantes do arraial, além de sua tendência para utilização dos meios ardilosos para conseguir os objetivos que desejava. O que mais incomodou a consciência do declarante foi que depois das graves denúncias por ele imputada ao Serra Caldeira este “teve grandes moléstias e por fim foi a causa de sua morte”.

Concerneute às desavenças entre o Tenente José da Serra Caldeira e João Pereira da Rocha há um importante documento que nos viabiliza compreender sua própria origem: o diário de viagem do Mestre de Campo Ignácio Correia Pamplona. Em 10 de outubro de 1869, a comitiva do Mestre de Campo estava acampada nas imediações de Piumhi. Nesse mesmo dia à tarde o Tenente Serra Caldeira chega ao local do alojamento, sem antes falar com o Mestre de Campo, “dele a queixar-se e a publicamente murmurá-lo, blasfemando contra ele, e referindo que o dito Senhor, nem só lhe tinha tirado o crédito, senão também a fazenda”.

Diante da situação constrangedora, um amigo do Mestre de Campo, tentou indagar quais os motivos “por que tão dissoluta mente se queixava de um oficial maior com tão injuriosas palavras que com elas lhe demolia e dissipava o crédito, o brio, a honra, o pudor e a estimação”. Tentando recompor-se, psicologicamente, Serra Caldeira explicou que lhe haviam dito que o Mestre de Campo “tinha mandado descompor por uma carta em que lhe tirava o crédito em que sua ausência dera a um João Pereira parte das suas terras”. Então o amigo do Mestre explicou-lhe que suas ofensas foram desnecessárias, pois a correspondência escrita por “só se referia a estranhar-lhe a tibieza, remissão e descuido com que sua mercê se pautava em não diligenciar fervoroso o cumprimento das ordens que dera”.

JOGO DE INTRIGAS

Percebemos mais uma vez um jogo de intrigas a fim de conflitar o Tenente Caldeira diante da autoridade do Mestre de Campo, tentando promover a exoneração do cargo do primeiro de comandante desta terra. Entendido os equívocos, mais pacificado, dito Caldeira foi se encontrar com o Mestre de Campo o qual o chamou a atenção “sobre a falta que o dito Serra no Sertão tivera” e resolveu solenemente a questão da seguinte forma: “por desfazer o que o Senhor Mestre de Campo tinha despachado na concessão das ditas terras, fez a João Pereira e seus sócios, avisou a João Crisóstimo de Magalhães para que incontinentemente mandasse tirar Sesmaria das terras que o Senhor Mestre de Campo tinha concedido aos ditos pretendentes”.

Dessa forma, o tenente José da Serra Caldeira se manteve no cargo de Comandante de Piumhi, conservou suas terras e ao mesmo tempo impediu João Pereira de recebê-las. Despertando neste um sentimento de ódio, rivalidade e vingança tanto para com o próprio Serra Caldeira, quanto para com o Mestre de Campo.

Voltando a análise do Codicilo, o declarante também imputou acusações contra o Mestre de Campo Ignácio Correia Pamplona, dizendo que quando este passou por este sertão transportava diamantes, um crime de lesa-majestade e que era normalmente punido com a pena de morte. Para que a denúncia tivesse o efeito desejado, o declarante comprou mais de vinte testemunhas, que pelo poder do dinheiro não teria resistido às tentações de afirmar o que ele quisesse, por mais falsas que fossem as acusações.

Justificou a denúncia ao fato “querer tirar o distrito ao meu Capitão Mor Pedro Teixeira” do cargo de Comandante desta terra. A contenda estava no fato de que o Capitão Mor Pedro Teixeira, tendo se retirado daqui havia deixado o declarante para fazer suas vezes como Comandante. Retirar Pedro Teixeira do cargo significaria um automático desligamento de João Pereira da Rocha do Comando de Piumhi, função para a qual nunca foi nomeado oficialmente. Não sabemos se Pamplona foi processado por essas denúncias, mas certamente teve que dar muitas explicações à Cotoa e à Justiça da época.

FALSO TESTEMUNHO

Essas rivalidades envolvendo João Pereira da Rocha, o Capitão

Mor Pedro Teixeira com o Mestre de Campo Ignácio Pamplona não pararam por aí. Os dois primeiros movidos por “tão grande o ódio ao dito Mestre de Campo” manobram uma demanda entre ele e Manoel Marques de Carvalho. Aproveitando-se mais da situação, o Capitão Mor Pedro Teixeira ao saber Manoel Marques de Carvalho ao entrar na demanda contra o Mestre de Campo não quisesse dispor de seu patrimônio, emprestou-lhe o dinheiro para o andamento processual sob desculpas de apenas querer “abater o dito Mestre de Campo”. Nem havia terminado a lide, o Capitão Mor “penhorou todos os seus bens” e deu início ao processo de execução. O declarante explicou esses fatos, tendo em vista que tanto o Capitão Mor quanto Manoel Marques de Carvalho já haviam falecidos, a fim de que seu testemunho pudesse minimizar o prejuízo de seus herdeiros.

Por fim o declarante fez os esclarecimentos que interessavam ao Vigário Miguel de Albuquerque e que talvez pudesse ajudá-lo na defesa contra as acusações feitas pelo mesmo declarante e outras pessoas. Nesse sentido, declarou que ele: “junto com mais três esquecidos do temor de Deus, sabíamos e conhecíamos que era sacerdote inteiro no seu dever, levantamos um falso testemunho dizendo que tinha flertado uma moça parda no confessionalário. E que para isto se meteu um agente para publicar por essa Freguesia, nós rebuçados fazíamos o que podíamos, e para isso convoquei e pus [dinheiro] na mão mais de quinze pessoas para afiarem o causo e jurarem juntos com amancebados na denúncia a que disto dei ao Senhor Bispo”.

Após dar a denúncia ao Vigário Albuquerque, o declarante se retirou para Jacuí, onde compareceu ao Cartório e fez imputações contra o Padre Francisco, as quais também foram qualificadas na declaração como “tudo de falso, senão pela sua inteireza sua, e pelo o temor de muitas baboseiras”. E vendo que a ruína do Padre não acontecia, mesmo diante das denúncias, o denunciante decide mandar “matá-lo, que para isso se lhe fez várias esperas e vendo que nem uma coisa nem outra e reconhecendo pela sua inocência” desistiu da radical ação. Entretanto, questionado “por conta de amigos que me mandaram vir porque não havia de terminada” a missão, “tive de impor tudo ao Padre Francisco”. O documento não é claro e por isso não nos permitiu apurar se o Padre Francisco foi executado ou se o declarante apenas manteve as imputações feitas contra ele.

O PEDIDO DE PERDÃO

Esses esclarecimentos foram muito importantes para o Vigário Miguel de Albuquerque, uma vez que poderia utilizá-los em defesa das denúncias apresentadas pelo próprio João Pereira da Rocha. Valeu-se do Codicilo para se defender diante do Bispo Diocesano, do Tribunal de Santa Inquisição e provar para a sociedade piumhiense a sua inocência.

Temendo a hora da morte e no dizer das próprias palavras do declarante “por estar a dar conta a Deus e desejar salvar-me e por não poder escrever pedi a meu afilhado João Correnga de Mello, Oficial de Justiça, que este por mim fizesse”. Como testemunha assinou seu outro afilhado Manoel Francisco Rodrigues que tudo assistiu e ouviu por também ser Oficial de Justiça. Antes das assinaturas o moribundo rogou: “Que estas minhas declarações e destituições, venha como Escritura Pública, e rogo ao meu reverendo Pároco que me perdoe, e pelo amor de Deus, e como Pastor Benigno mandara por caridade descambo deste meu papel a todas pessoas acima ofendidas para que me perdoem e pelas cinco chagas de Cristo como também peço perdão aos meus partícipes que induzi, e todos os mais de meu mal”.

Pediu aos seus afilhados que esta declaração de última vontade fosse entregue ao seu reverendo Pároco somente “depois do meu falecimento”, o que foi cumprido. Desconhece qual a decisão do Bispo e do Tribunal Eclesiástico quanto ao Vigário.

Fale com o autor: professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. Falso testemunho: 'flerte' com moça parda no confessionalário: intrigas envolvendo vigário: carta do Arquivo da Torre do Tombo de Portugal dão conta da vida cotidiana do Pihuhy de fins do século XVIII (Parte II). **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 12 ago. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

MEMÓRIA

Apontamentos sobre a criação da Paróquia

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A construção da narrativa histórica não é uma tarefa fácil, pois reconstruir um fato com todas as suas minúcias e com o calor das emoções de quem o viveu é uma tarefa muito difícil, aliás, impossível para um historiador. Até mesmo quem viveu esses acontecimentos, passado algum tempo, não se lembrará dos detalhes.

Se nossa memória é seletiva, guardando apenas aspectos relevantes, o que se dirá da história. Assim, quanto mais distante de nossa contemporaneidade mais custoso é remendar os fatos históricos. Hoje refletiremos sobre alguns apontamentos da criação da Paróquia Nossa Senhora do Livramento.

Ao longo de nossa existência vamos deixando pistas de quem somos e de nossas características e realizações. Com o passar do tempo essas evidências se tornam material de estudo dos historiadores que construíram de acordo com essas informações a história de um indivíduo.

Segundo algumas fontes, dentre as quais um processo de demanda Judicial entre a Paróquia primaz de Piumhi e Câmara Municipal, que versava sobre o domínio e posse de um vasto patrimônio

que compreendia a parte velha da cidade, a Paróquia teria sido criada em 26 de Agosto de 1754, portanto, há 264 anos.

Essa data é reafirmada pelo Bispo de Mariana, Dom Frei da Santíssima Trindade, no relatório da Visita Pastoral de 1825 que decide subordinar à Capela de São Roque à Piumhi, retirando-a da jurisdição eclesiástica da Paróquia Sant’Ana Bambuí. A decisão se pautou no fato da Paróquia de Piumhi ter sido criada em 1754 e a de Bambuí em 1768.

Por outro lado, o Cônego Raimundo Trindade, afirma que no Livro do Registro das Freguesias do Bispado constava que a Paróquia teria sido regida pelo ordinário em 1758. Diante da inexistência do decreto de criação da Paróquia, esse documento tornou-se a sua certidão de nascimento.

Assim, foi solicitado ao Arquivo Eclesiástico de Mariana uma certidão que trancreve o teor do documento. Nesse sentido, é certo que a Paróquia de Piumhi tenha sido criada em 1754 ou 1758 por ato de Dom Frei Manuel Ferreira Freire da Cruz, um dos primeiros Bispos da Diocese de Mariana.

Criada a Paróquia, faltava um padre corajoso para assumir tão grande e difícil encargo. Mais difícil foi encontrar esse personagem.



A certidão de nascimento da Paróquia

Ninguém queria trabalhar numa mata praticamente fechada e com pequenas faisqueiras de ouro que mal dava para o sustento.

Deram assistência o Padre Marcos Freire de Carvalho, Padre Gaspar Álvares Gondim, Padre José Nogueira Gardam até que o Padre Félix José Soares da Silva foi provisionado para Piumhi, mas nunca se fixou aqui. Assistiu a Paróquia por algum tempo o Padre Francisco Álvares Torres. Piumhi só teve padre residente com a vinda do Padre Miguel de Albuquerque em maio de 1787.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

‘Desejo que os meus funerais se revistam da maior simplicidade’

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

ALTO ARQUIVO

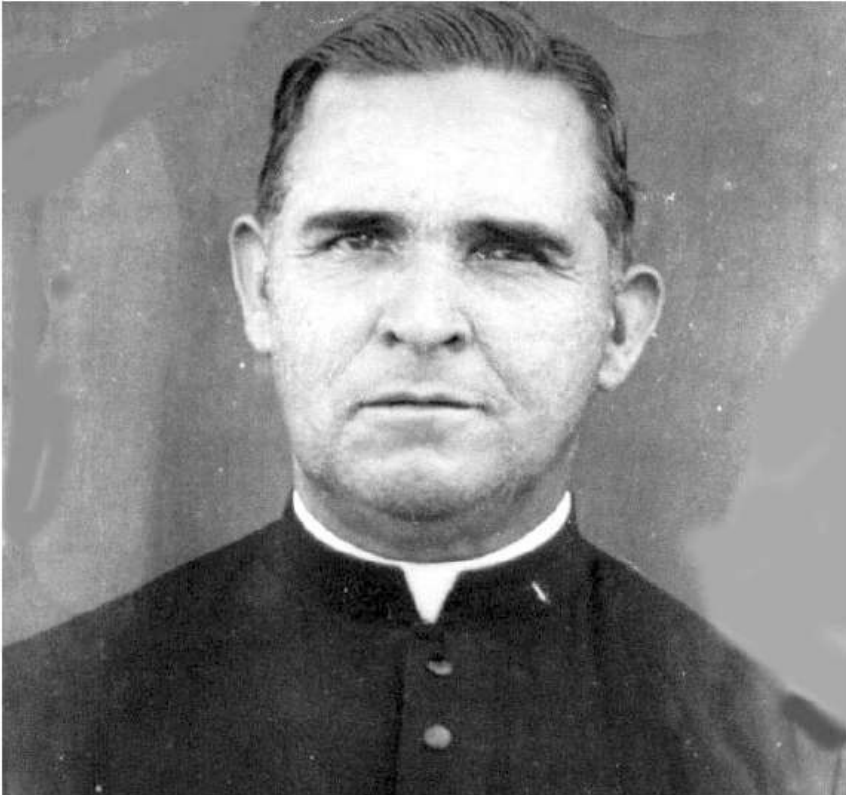
Um dos personagens mais curiosos da história recente de nossa cidade é sem dúvida o padre português Abel de Abreu Vouguinha. Essa figura emblemática tornou-se uma lenda na cultura popular de Piumhi gerando no povo dessa cidade um misto de amor e ódio. Nascido em Vizeu em 1º de abril de 1896, ordenou-se na sua terra natal e ao vir para o Brasil incardinou-se na Diocese de Luz, sendo designado para a Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi. Hoje faremos uma breve análise no testamento dessa interessante personalidade.

Começou seu testamento com a invocação de uma ladainha na qual citou a Santíssima Trindade nas pessoas do Padre, Filho e Espírito Santo, da Santíssima Virgem Imaculada e São José “aos quais entrego e confio todo o meu ser”. Anotou que por aquele instrumento expressava a sua última vontade “no concernente ao temporal e espiritual, visto não ter ascendentes vivos, nem descendentes”. Explicou ainda que em conformidade com as leis do país, poderia dispor livremente de todos os seus bens ante a ausência de herdeiros necessários.

A razão do testamento parece-nos óbvia, mas cumpre destacá-la “achando-me doente, de cama, mas em meu perfeito juízo e entendimento, livre de toda e qualquer coação, resolvi dispor dos bens que ficarem por ocasião da minha morte”. O padre estava moribundo e tratava de um “câncer na cabeça” com medicamentos da Farmácia do João Menezes que aviava as receitas prescritas pelo Dr. Nícias Soares Maia. Aqui vai um adendo sarcástico: se o sacerdote tomasse os mesmos medicamentos da farmácia do Clóvis Couto certamente morreria mais rápido por pura implicância política ao partido da UDN (União Democrática Nacional) do qual este fazia parte.

Estabeleceu duas legatárias: Dona Emília Regina Soares Almada e Helena Godinho. A primeira era filha de João Soares Ferreira e da memorável professora dona Ilídia Almada (Dona Lidinha) e foi fiel governanta do padre por muitos anos, e talvez por ser obstinada pelo sacerdote português nunca buscou um casamento. Recebeu do padre Vouguinha “o usufruto vitalício de todos os meus bens, sejam móveis, imóveis e outros quaisquer haveres e direitos, qualquer que seja a natureza, inclusive as ações da Companhia Laminação e Cimento Portland Patins”.

Antes, porém, de estabelecer



O vigário português Abel de Abreu Vouguinha morto em janeiro de 1959

este legado o padre explicou a razão: “a fim de corresponder ao zelo e à dedicação com que tem me servido”. Ressalta que o benefício instituído pelo padre em favor de dona Emília foi apenas “usufruto” o que lhe permitiria usar, gozar e fruir dos bens, mas não dispor deles. Helena Godinha, senhorita mais nova que Dona Emília, “de quem tenho recebido inestimáveis serviços”, recebeu como legado do padre dez ações retiradas do total que possuía na Companhia Laminação e Cimento Portland Pains.

Mais adiante o testador explica a razão da instituição do usufruto: “Por morte da usufrutuária d. Emília Regina Soares Almada, os bens todos reverterão para a Cúria Diocesana de Luz, especialmente para as Obras das Vocações Sacerdotais, com a obrigação da mesma, após tomar posse dos bens, mandar celebrar duas mil (2000) missas por minha intenção e mais cinquenta (50) por minha alma”.

Pouco depois da morte do padre, ocorrida em 6 de janeiro de 1959, os representantes da Diocese fizeram dona Emília assinar uma renúncia ao direito de usufruto instituído pelo testador, a qual assinou de bom grado pois não tolerava o sucessor de seu querido sacerdote: Padre Alberico de Souza Santos -- o qual tomou posse da Paróquia Nossa Senhora do Livramento de Piumhi na reta final da doença do padre português.

Contam que estando a Matriz fechada pela doença do padre, o novo sacerdote teria pedido à Dona Emília as chaves da Igreja, mas ela não quis entregá-las, mas o padre Alberico insistindo mostrou a provisão do bispo para comandar a paróquia durante a enfermidade do titular, diante de que, ela jogou as chaves ao chão e ordenou que as pegasse viran-

do-lhe as costas. Embora ela fosse geniosa, dedicou sua vida como serviçal do Padre Abel e não teve nenhum reconhecimento por isso, senão falação do povo.

O testador também deu orientações quanto ao seu funeral: “desejo que os meus funerais se revistam da maior simplicidade”. Nisso, não foi muito bem atendido: o velório aconteceu na Matriz de Nossa Senhora do Livramento e após a missa de corpo presente e as exéquias saiu o cortejo debaixo de torrencial, onde homens fortes carregavam o caixão de tampa arqueada, transportando o corpo do gordo padre trajado de batina e estola roxa. Rumaram ao Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, santa de sua devoção, onde aos pés do altar o coveiro tinha perfurado profunda cova e salpicado um saco de cal.

Voltando ao testamento: nomeou com testamenteiro “os amigos dr. Nícias Soares Maia, médico, e Alencar Leite Praça, comerciante, que funcionarão na falta um do outro, na ordem de designação, com a vintena que as leis lhes arbitrar”. Suas últimas vontades foram escritas pelo Tabelião Milton Vasconcelos “a meu rôgo e segundo meu ditado, por não estar em condições de escrever de meu próprio punho, pedindo à Justiça do País que o cumpra e faça cumprir, como nele se contém”.

O documento foi lavrado em 2 de janeiro de 1959 e passado apenas quatro dias o polêmico e ao mesmo tempo carismático padre português, cujas peripécias em Piumhi renderiam pelo menos meia dúzia de livros bem escritos, entregaria a sua alma a Deus, deixando a cidade num misto de alívio e tristeza...

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Energia elétrica em Piumhi: dos acanhados geradores à CEMIG

ALTO IMAGEM/J. AUGUSTO



A fachada da antiga Usina da Confusão no rio Piumhi, ao fundo a cachoeira

Sem dúvida uma das maiores inovações tecnológicas da história recente da humanidade foi a descoberta da energia elétrica. Contam os historiadores e tratados de ciências que o cientista Benjamim Franklin a descobriu soltando pipas com uma chave metálica na linha a fim de atrair um raio e consequentemente fazer os seus experimentos. Correu muito risco, mas em nome da ciência dizem que tudo vale a pena. Após a sua descoberta os cientistas debruçaram-se em profundos estudos a fim de estabelecer os melhores meios de geração, transmissão e distribuição de energia. O conhecimento desses estudos rapidamente foi popularizado e chegaram a nossa cidade em fins do século XIX e princípios do século XX. Nos tempos iniciais cada família, comércio ou indústria adquiria os seus próprios geradores.

O tempo foi passando e percebeu-se que a energia seria um anseio de muitos, motivo pelo qual a administração municipal decidiu tomar as rédeas do empreendimento a fim de gerar quantidade suficiente para atender as necessidades gerais do município. Assim em 21 de outubro de 1917, a Câmara Municipal de Piumhi, por influência decisiva de seu presidente Dr. Antônio Avelino Dias de Queiroz, aprova a lei nº 277 que permite a aquisição de geradores, equipamentos e cabos condutores para instalação da rede de energia elétrica. Data essa época a sua inauguração. Os côrregos das circunvizinhanças da cidade eram a força motriz da geração da energia, pois que a cidade era pequena e demanda pouca “força” como diziam. Sua maior parte era destinada à iluminação pública, visto que os aparelhos elétricos eram pouco acessíveis.

Não levou dois anos para a energia produzida pelos pequenos mananciais fosse insuficiente. Assim, em 15 de março de 1919, a Câmara Municipal ainda sob a presidência do Dr. Avelino de Queiroz, aprova a compra da energia produzida por Argemiro Marques de Melo Barros pela importância de cento e quarenta mil réis desde que fosse concedido “o privilégio de materiais”. O reforço elétrico atendeu o município por mais algum tempo.

Porém, entre as décadas de 1930 a 1950 houve um rápido e considerável crescimento da cidade. O velho problema voltava à tona: a energia elétrica torna-

va-se insuficiente, o que forçou as autoridades municipais a tomarem medidas no sentido de sua ampliação. Um estudo foi realizado e o atualmente chamado “Ribeirão da Usina”, próximo aos Farias/ Confusão, foi de pronto apontado como o local mais indicado para a geração no quantitativo necessário devido à existência uma cachoeira o que dava excelente queda livre de água para girar os motores, sem muito esforço, convertendo o movimento em eletricidade. Dos equipamentos existentes poucos foram reaproveitados.

Instalada a Usina, na Confusão, Piumhi passou a ter a energia necessária. Ocorre que nesse período muitos aparelhos elétricos começaram a chegar à cidade, tornando a eletricidade novamente insuficiente. Os governantes montaram até tabelas com horários de funcionamento e aconselhando os munícipes a evitarem usarem aparelhos de grande consumo em momentos de picos. Os gastos para a manutenção e geração da energia eram muitos altos, consumindo maior parte das receitas da Câmara/ Prefeitura, o que obrigava as autoridades administrativas a cobrar dos usuários elevadas taxas. Assim a energia elétrica continuava sendo um privilégio da elite piumhiense.

Outra dificuldade era a distância entre a usina e a cidade, o que obrigava o aumento da tensão para compensar a energia que se dissipava no decurso do caminho em razão do atrito. Ocorre que os postes eram baixos, o que provocava inúmeros acidentes fatais com animais bovinos e até humanos. Essas ocorrências aumentavam ainda mais os gastos do município com o pagamento de indenizações que eram postuladas na Câmara pelos que sofreram

prejuízos ou por famílias de acidentados.

Como a manutenção deveria ser contínua, criou-se o cargo de Chefe do Departamento de Eletricidade do Município. Cabia a ele a manutenção e a assistência técnica de todo traçado da rede elétrica: desde a usina até as casas dos consumidores. Imagine o quanto trabalhava esse personagem.

Cada ano que se passava a energia gerada se mostrava insuficiente perante a demanda do município. O problema só foi resolvido com o monopólio estatal da produção e distribuição de energia pela União e Estados. Essa nova fase foi inaugurada em Piumhi em 12 de junho de 1965 com a chegada da “nova luz elétrica, construída pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado, com a colaboração do povo de Piumhi”, como escreveu Oscar Rocha.

No entanto, a solução definitiva da questão se resolveu com assinatura do Convênio com a CEMIG (Centrais Energéticas de Minas Gerais), em 1966, pelo então prefeito Municipal José Goulart. Assim, a concessionária encampou os serviços de energia elétrica instalados no ano anterior e assumiu a integral responsabilidade pela distribuição de energia em todo estado de Minas Gerais.

A partir daí a Usina da Confusão foi abandonada, se transformando hoje em santuário ecológico de beleza imensurável e interessante sítio histórico que relembra os tempos em que Piumhi dependia daquelas águas para se iluminar. Muito se fala em turismo, quem sabe seja o momento para transformar aquela região em um belo parque municipal...

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Meio século cadenciando festas cívicas em Piumhi

ALTO ARQUIVO



JULHO DE 1968, parada cívica com participação da comunidade estudantil marca a estreia da fanfarra da João Menezes

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

A história da fanfarra da Escola Estadual Professor João Menezes se confunde com a do próprio educandário. Com o nome de Escola Normal Oficial de Piumhi a instituição foi criada por lei em 1956, mas somente em março de 1965, depois de intensas batalhas, lutas e até perseguições abriu as portas à população. Destacam-se nessa empreitada os esforços de muitos piumhienses encabeçados por Heitor Hostalácio, Ludgero Lima Arantes, Chico Machado, Homero Arantes. Na segunda fase destacaram-se o padre Alberico de Souza Santos, Reverendo Márcio Moreira, Rômulo Badinhani, Bossuet Costa e tantos outros.

Instalada a escola a sua história começa a ser escrita. O contexto sócio-político da época favorecia o patriotismo. O regime militar, implantado em fins de março de 1964, incitava o amor incondicional à pátria e o culto aos símbolos e flâmulas nacionais. Um dos momentos mais inflamados desse ufanismo nacional era a comemoração da Independência do Brasil, isto é, o Sete de Setembro. Foi nesse sentimento, motivado pelo diretor da Escola, padre Alberico, e pelos professores de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) que os jovens alunos começaram a esboçar os primeiros planos para organização de uma fanfarra na escola.

No ano de 1968, Piumhi

estava em pavorosa: celebrava o seu primeiro centenário de elevação à categoria de cidade. O calendário de comemorações foi extenso e organizado por uma comissão designada pelo então Prefeito Municipal Querobino Mourão Filho. Dentre as inúmeras atividades estava um desfile cívico preparado pelas escolas de Piumhi, ato que marcou oficialmente o nascimento da fanfarra da Escola Estadual “Professor João Menezes”. Sem dúvida essa manifestação de patriotismo e amor ao país e município jamais fora superada em toda a história de nossa cidade. A apresentação se deu em 20 de julho de 1968.

Em setembro do mesmo ano novo desfile foi realizado, cadenciado e embalado pelo som da fanfarra. De lá para muitos personagens têm se destacado pela atuação nas fileiras da banda cívica. Houve momentos de interrupções, mas na medida do possível, tem-se esforçado para resgatar e fortalecer cada vez mais essa marca emblemática da escola.

Celebrar o Sete de setembro é renovar as esperanças num Brasil melhor, ressaltando que a verdadeira independência do país ainda está incompleta, pois é construída continuamente por seu povo. Parabéns ao nosso Brasil pelos 162 anos de independência. Parabéns e muito obrigado a todos que fizeram parte da Fanfarra da Escola Estadual Professor João Menezes que nesse ano completou 50 anos ritmando os desfiles cívi-

cos de nossa “cidade carinho”.

PS. Pareço incoerente, mas faço registrar o meu sentimento de tristeza e desalento quanto ao descaso das autoridades governamentais que permitiram o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro, no domingo, 2 de setembro. O incêndio, em 2015, do Museu da Língua Portuguesa na estação da Luz em São Paulo e uma série de alertas prenunciaram a tragédia na mais antiga instituição científica do país fundada por Dom João VI em 1818. Foram consumidas pelas chamas anos de pesquisas e peças de valor histórico imensurável como o crânio de Luzia, o mais antigo fóssil humano da América Latina, múmias egípcias e sarcófagos e muitos outros objetos e artefatos insubstituíveis. Depois da tragédia o governo anunciou a disponibilização de milhões para a reconstrução do museu e ficam dois questionamentos: porque pagar com milhões o que poderia ter sido resolvido com poucos milhares e o que é pior: como reconstruir o que não pode ser reconstruído? Trata-se de mais uma demagogia política sob a comoção social. Por isso neste Sete de Setembro celebro o meu povo maravilhoso do Brasil e repugno a classe política que nos envergonha internacionalmente por não saber cuidar da sua própria identidade. Lamentável... Fica o alerta para evitar que novas tragédias dessa espécie ocorram novamente.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

De carregador de água a mecânico e empresário de sucesso em Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Iniciei a minha trajetória de cronista no ano 2000. Um de meus primeiros textos foi uma homenagem a Francisco Machado de Souza, personagem que não tive o prazer de conhecer pessoalmente, mas cuja história representa um grande exemplo de superação para as gerações de hoje. Quando escrevi aquela crônica não me preocupei com o rigor dos métodos da pesquisa histórica, pois estas habilidades aprendi anos mais tarde nos bancos de uma faculdade. Assim, apenas transformei o que ouvi dos familiares de meu personagem em texto, mas hoje quero novamente homenagear o Chico Machado, porém com uma crônica que obedece aos parâmetros científicos de se escrever história.

Naquela ocasião iniciei o meu texto com as palavras *“Embora ele próprio dizer em vida que era baiano, a naturalidade de Francisco Machado de Souza é bastante contestada, pois o nome de sua terra natal perdeu-se no tempo”*. Não foi preciso uma pesquisa profunda para atestar que Chico Machado não era baiano. Os documentos são claros: nosso personagem nasceu em 13 de fevereiro de 1907 no distrito de Pimenta, naquela época um mero apêndice geográfico do município de Piumhi, o que nos permite dizer que ele era um piumhiense nato. O fato de se intitular baiano se justifica em sua aparência física e nas raízes de seus antepassados. Chico era filho de Antônio da Costa Machado e Maria da Costa Machado. O casal, além de Francisco, teve os filhos Benedito e José Fidélis.

A infância dos três irmãos se passou nos arredores do distrito de Pimenta. A família era pobre e passava por muitas dificuldades. O pai vendia a força de trabalho para sustentar os filhos e a esposa. Mas, com grave enfermidade, não conseguiu ver os meninos crescerem: morreu precocemente em 1908, quando Chico Machado contava com seus dois anos de idade. Coube à mãe dar prosseguimento na criação das crianças. Tão logo a situação impôs aos filhos a necessidade de trabalhar para ajudar a mãe no sustento da casa.

PRIMEIRA OFICINA

O início dos irmãos não foi fácil: tiveram que enfrentar o serviço muito cedo. Naquela época quase não havia água encanada nas cidades, por isso Chico Machado, ainda garotinho, de calças curtas como se dizia à época, se empregou no seu transporte para um morador de Pimenta regar suas hortaliças. Era uma função simples, mas rendia-lhe uns trocados que somados aos conquistados pelos irmãos fazia grande fatura. Pouco tempo depois, sua mãe, contrai novas núpcias, ocasião que a afastou um pouco de seus filhos, mas nunca deixando a afeição e carinho maternos.

Foi em Pimenta que Chico

Machado aprendeu as noções de mecânica após se empregar numa oficina. O ofício exerceu sobre ele um fascínio e tornou-se uma verdadeira paixão. Buscava cada vez mais aprimorar seus conhecimentos sobre o assunto e nunca se contentava com o que aprendia. O distrito ficou pequeno para os projetos daquele jovem entusiasta.

Já rapaz feito, decidiu mudar-se com os irmãos para Piumhi, onde instalariam sua primeira oficina mecânica. Vale lembrar que naquela época o empreendimento foi instalado em um galpão rústico e coberto, mas em terreno aberto, o que obrigava os mecânicos a levarem todas as ferramentas para casa – essa penosa experiência se repetia dia após dia. Pouco depois a sua mãe, novamente viúva, se juntaria aos filhos.

MESTRE MECÂNICO

No início do século XX, Piumhi vivia um período de grande prosperidade. Seara fértil para pessoas empreendedoras e, assim, com muito trabalho, os Machado cresceram. Casaram-se os três irmãos: Chico Machado contraiu núpcias em 28 de julho de 1934 com Luzia de Oliveira (Dona Zizinha), piumhiense, filha de Hermenegildo José de Oliveira e Celina Faria de Oliveira. O casal teve os filhos: Branca Lopes de Souza, Maria Neusa de Souza Soares, Maria Cleusa de Souza Machado, Antônio de Oliveira Machado, Eva Machado, Francisco Machado de Souza Filho e Hiram Machado.

Com o dinheiro de longas jornadas de trabalho, conseguiu comprar o terreno onde hoje se encontra instalado o Banco do Brasil. E foi ali que ergueu a sua nova oficina mecânica. Anos mais tarde, os irmãos se separam e Chico Machado, agora só, assumiu toda responsabilidade pela movimentação da empresa, o que obrigava extenuantes serões pela noite adentro para cumprir os compromissos. Tanto esforço foi compensado pela prosperidade. Altamente capacitado no ofício, tinha orgulho de ensinar o que sabia a quem quisesse e, ainda agora, muitos bons mecânicos que atuam em Piumhi, aprenderam com o mestre Francisco Machado.

ENGAJAMENTO SOCIAL

Falar sobre as marcas deixadas por Chico Machado na cidade seria bastante extenso, por isso vamos apenas dizer que era um homem de grande tino empresarial, visão e participação na comunidade. Foi empresário de porte, movimentando grandes somas de capital. Dentre as suas empresas destacaram-se as Hostalácio, Machado & Arantes, Auto Peças Oeste e muitas outras como uma Concessionária da Chevrolet.

Foi um dos fundadores da Loja Maçônica Fraternidade Piumhiense da qual passou a ser uma peça chave, tanto que sua presença era indispensável a todas reuniões.

Lutou intensamente na fundação do Ginásio de Piumhi S.A.,

ÁLBUM DO AUTOR



Francisco Machado, 1907/1973

embrião da Escola Estadual Professor João Menezes, mobilizando a comunidade no levantamento de recursos, sendo um dos líderes mais importantes do movimento ao lado de Heitor Ferreira Hostalácio, Ludgero de Lima Arantes e Homero Arantes. Tinha a esperança de ver seu sonho realizado: muitas crianças, adolescentes e jovens recebendo a instrução que ele pouco teve. Conseguiram dar grandes passos para a construção da escola.

NOME DE AVENIDA

Já cansado, doente, mas com a sensação de ter cumprido reta e dignamente a sua missão, Chico Machado faleceu em 19 de setembro de 1973, no Hospital Felício Rocho, em Belo Horizonte, onde cumpriu nos seus últimos anos uma rotina de tratamentos e internações. O corpo foi transladado para Piumhi e sepultado no Cemitério da Saudade no dia seguinte com a presença maciça de parentes e inúmeros amigos.

O redator do ALTO S. FRANCISCO por ocasião de sua morte registrou: *“A cidade sofreu um baque na última semana, quando correram as primeiras notícias do falecimento de Francisco Machado – Chico Machado”*. Mais adiante continua *“Membro de família piumhiense das mais tradicionais, Chico Machado, cuja perda foi sentida em todas as esferas da vida piumhiense, ocupou durante grande parte de sua vida, papel de destaque dentro do comércio piumhiense, no setor de postos de serviços, tendo sido um de seus primeiros incentivadores”*.

Como homenagem a cidadão tão ilustre, o nome de Francisco Machado de Souza, passou a identificar uma importante avenida, a primeira asfaltada da cidade, no bairro Pindaíbas. Uma lembrança mais do que justa, a quem tanto fez pelo desenvolvimento da cidade. Que este resgate histórico possa incentivar os jovens de hoje a se inspirar no espírito desenvolvimentista e empreendedor de Chico Machado que de simples carregador de água passou a mecânico de automóveis e empresário de sucesso e respeitado em nossa Piumhi.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Um lastro de realizações na cidade e intensa paixão pela cafeicultura

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na crônica de hoje resgataremos a trajetória de um dos personagens mais importantes da história contemporânea de Piumhi na segunda metade do século XX: Ludgero Lima Arantes, conhecido carinhosamente como Mãozinho. A origem de sua família data 23 de agosto de 1913, quando ocorreu o casamento de Clodoaldo da Costa Lima e Geni Arantes, ambos nascidos em Piumhi, sendo ele filho de Ludgero da Costa Lima e The-reza da Costa Pereira e ela filha de Eugênio Alves Arantes e Maria Joanna Soares de Oliveira. O ato religioso foi coordenado pelo padre Celso Pinheiro na presença das testemunhas Ovídio Arantes (Tabelião) e Cealdino Cecílio da Costa.

O primeiro filho do casal, nascido em 7 de maio de 1917, foi batizado com nome do avô materno, Eugênio, porém faleceu quando ainda criança. O segundo foi o protagonista desta história: Ludgero Lima Arantes, nascido em 5 de outubro de 1918, recebendo, portanto o nome do avô paterno. O menino foi batizado na Matriz de Nossa Senhora do Livramento em 3 de novembro de 1918, pelo padre Mário da Silveira e teve como padrinhos Dr. Avelino de Queiroz e Maria de Melo Queiroz. Depois o casal teve também os filhos: Nair Arantes Mendes (nascida em 28 de dezembro de 1920 e casada com Osvaldo Mendes), Guaraciaba (nascida em 11 de março de 1922 (não consegui informação se casou), Clodoaldo Lima Arantes (Dadinho – nascido em 2 de março de 1923 e casado com May Torres Lima Arantes); Urbano de Lima Arantes (Baninho – nascido em 22 de junho de 1924 e casado com Maria Soares da Silva).

Ludgero viveu sua infância em Piumhi. Aqui também aprendeu as primeiras letras e foi educado dentro das possibilidades que a cidade oferecia. Desde cedo se notava seu espírito empreendedor herdado das famílias Lima e Arantes e também de seu padrinho Dr. Avelino de Queiroz. Foi crescendo e ampliou seu leque de amizades e admiradores. Na juventude demonstrou espírito arrojado que lhe acompanharia por toda sua vida.

FAMÍLIA

Mãozinho constituiu a sua família ao se casar com Luiza Henriqueta de Moraes em 3 de março de 1962. O casamento civil ocorreu na casa dos pais da noiva, Sudário Soares dos Santos e Elídia Maria dos Santos, na rua Augusto de Lima, nº 175, ressaltando a escritã Maria Guiomar Barcelos que a cerimônia observou “*toda publicidade, a portas abertas*”, sob o comando do Juiz de Paz Walter de Freitas.

O registro do casamento consta ainda que o contraente era

solteiro, comerciante, natural e domiciliado em Piumhi e que a contraente era dona de casa, natural de Piumhi na Fazenda ‘Pau Terra’, residente em Piumhi e nascida em 25 de janeiro de 1941. Assinaram como testemunhas presentes: Mauro Leite Praça, Maurílio Soares Guimarães, Eliana Campos Leite Praça, Dolores Soares Guimarães, Heitor Ferreira Hostalácio, Geny Arantes e outros. Luiza e Ludgero tiveram dois filhos: Maria Vanessa Soares Lima Arantes e Ludgero Lima Arantes Filho.

Religiosamente casaram-se na mesma data sob as bênçãos do padre Alberico de Souza Santos e olhar atento das testemunhas Heitor Hostalácio e Joaquim Gonçalves Tomé.

VISIONÁRIO

Ludgero Lima Arantes teve uma posição de destaque no desenvolvimento de nossa Piumhi. Foi um dos idealizadores, fundadores e incorporadores do Ginásio de Piumhi S/A, instituição cooperativa que tinha como objetivo construir uma escola de nível secundário em Piumhi. Seus esforços, de seus companheiros e da comunidade piumhiense e região deram os passos iniciais que resultaram na Escola Estadual Professor João Menezes.

Foi um dos fundadores da Loja Maçônica Fraternidade Piumhiense nº 33, tendo exercido o cargo de orador oficial durante o tempo que nela permaneceu. Também exerceu papel importante na construção da primeira sede dessa instituição. Atuou na fundação do Piumhi Tênis Clube, tendo presidido sua primeira reunião. Fez parte da Comissão central que planejou, arquitetou e executou a construção do Parque de Exposições “Tonico Gabriel”.

EMPREENDEDOR

Em sociedade com Chico Machado e Heitor Hostalácio, fundaram e dirigiram inúmeros empreendimentos em Piumhi no ramo comercial, agropecuário e imobiliário. Dentre as suas empresas destacaram-se: Irmãos Arantes Ltda, Arantes e Cia Ltda, Hostalácio Machado e Arantes Ltda, Sociedade Comercial e Exportadora Piumhy Ltda, Sociedade Agro-Pastoril de Piumhy Ltda, e, por aquisição de cotas foi sócio e diretor da firma Auto Peças Oeste Ltda. revendedora Ford.

Tornou-se grande líder sindical do ramo agropecuário sendo eleito por três mandatos como Delegado no Conselho de representantes da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FA-EMG. Porém, a sua grande paixão era a cafeicultura. Tomou-se um dos pioneiros no ramo e grande defensor da causa do ouro verde, hoje a base e o sustentáculo considerável da economia piumhiense.

ÁLBUM DO AUTOR



Ludgero Lima Arantes, 1918/1989

Movido por esta paixão foi um dos fundadores da Copacafé, exercendo importantes mandatos diretivos nessa instituição.

Foi um dos articuladores e fundadores da Cooperativa Central dos Cafeicultores e Agropecuários de Minas Gerais Ltda – COCA-MIG, sendo membro de seu conselho de representantes. Foi eleito membro da Junta Consultiva do Instituto Brasileiro do Café como um de seus três representantes do Estado de Minas Gerais. Foi também membro da Comissão técnica de Café da FAEMG e da Secretaria da Agricultura.

No campo da política foi eleito o vereador mais votado em 1958 pela coligação UDN/PTB e atuou em outros partidos políticos.

A DESPEDIDA

Em 31 de março de 1989, às 3 horas, Ludgero Lima Arantes faleceu vítima de insuficiência cardíaca congestiva. Rapidamente a notícia se espalhou pela cidade que chorou o luto de perder um grande benfeitor. A Escola João Menezes fez publicar uma nota no ALTO S. FRANCISCO na qual pinçamos um fragmento “*o cenário ficou triste, com a ausência do nosso querido amigo, irmão, político Ludgero Lima Arantes, que nossa história escolar, participou da fundação da escola Estadual Professor João Menezes, com outros amigos lutadores idealistas do bem comum da coletividade*”. Ludgero foi sepultado em Piumhi no Cemitério da Saudade “*onde compareceram inúmeros parentes, amigos, colegas e representantes da comunidade local, para prestar-lhe as últimas homenagens*” anotou o redator de plantão do ALTO S. FRANCISCO.

Mãozinho se foi, mas deixou um lastro imensurável de realizações e conquistas que até hoje se fazem sentir em nossa comunidade. Ludgero Lima Arantes é nome de uma escola municipal no bairro Nova Piumhi – da qual também foi fundador. Que nossas lideranças de hoje possam buscar nesse personagem a humildade e idealismo para construir uma sociedade cada vez melhor...

Da família herdou patrimônio e o espírito empreendedor e arrojado

ÁLBUM DO AUTOR

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O personagem de hoje é Heitor Ferreira Hostalácio. Sua origem familiar pelo lado paterno deriva do espanhol Manoel Ferreira Hostalácio e dona Maria Thereza Ferreira -- casados na matriz de São Roque em 31 de agosto de 1857, construtores de vasta fortuna em propriedades de terras na região da Confusão, Talhados e Esmeril. O casal teve vários filhos dentre os quais Manoel Ferreira Hostalácio, homônimo do pai, motivo pelo qual ganhou apelido de *Manoel Pequeno* ou ainda *Mané Pequeno*. Este se casou em Piumhi em 4 de setembro de 1897 com Querubina Alves Ferreira, filha de Manoel Alves Ferreira e Maria Alves Ferreira. Mané Pequeno e Querubina tiveram os filhos: Agneltina Hostalácio; Heitor Ferreira Hostalácio; Albertina Alves Hostalácio; Altina Hostalácio.

Heitor Ferreira Hostalácio nasceu em São Roque de Minas, em 16 de março de 1900. Foi batizado na matriz de São Roque, mas o registro não foi localizado. Recebeu esse nome em homenagem a seu tio paterno, homônimo, falecido aos 18 anos em 8 de abril de 1898 na fazenda Confusão “às três horas da tarde, na Estrada faleceu de desastre”.

Cresceu no eixo Confusão, São Roque, Piumhi e São João Batista do Glória em decorência das posses da família. Foi educado sob a égide patriarcal, cujas ordens paternas ditavam de forma inquestionável as decisões familiares e sociais. Teve o privilégio de aprender a ler e escrever, numa época em que os índices de analfabetismo beiravam a cifra de 80% da população. Da família Hostalácio herdou algum patrimônio e habilidades consideráveis que desde a juventude revelavam um espírito empreendedor e arrojado.

FAMÍLIA

Já maduro e com a vida econômica estabilizada, dotado de bastante respeito na comunidade piumhiense decide formar a sua família. Assim, aos trinta e cinco anos de idade, contrai matrimônio, mas ao buscar a noiva não precisou sair do ciclo



Heitor Hostalácio nasceu em 1900 em São Roque, então distrito de Piumhi

familiar para fazer sua escolha: casou-se com a sua prima de primeiro grau Nair Ferreira da Silva, nascida em São Roque em 14 de novembro de 1915, filha de Bento Ferreira da Silva e Alvarinda Ferreira Hostalácio, esta irmã de Mané Pequeno.

O casamento civil se realizou em 19 de maio de 1935 na residência do pai da noiva, em ato presidido por José Firmino Pereira na ocasião “*primeiro suplente do Juiz de Paz em exercício*”, tendo assinado como testemunhas Francisco Camarano e Américo Antônio de Castro. Já a cerimônia religiosa se realizou na Matriz de Nossa Senhora do Livramento de Piumhi na mesma data sob as bênçãos do padre Bernardo Fernandes Nogueira e das mesmas testemunhas. O casal teve os filhos: Edson, Edmur, Evandro, Aroldo, Marilda, Neusa, Hebe, Avelar, Hilma Dalton, Raylle e Celso.

REALIZAÇÕES

Tendo inúmeros filhos em idade escolar, foi o idealizador do Ginásio de Piumhi S/A. Mas sabia que nada poderia fazer sozinho, buscando apoio de seus amigos inseparáveis Ludgero Lima Arantes (Mãozinho), Francisco Machado de Souza (Chico Machado) e depois Homero Arantes. O Ginásio de Piumhi S/A era uma instituição que objetivava a construção de

uma escola de nível secundário em Piumhi. Os esforços desse quarteto associados aos de muitos piumhienses deram os passos iniciais que resultaram na atual Escola Estadual Professor João Menezes.

Foi um dos fundadores da Loja Maçônica Fraternidade Piumhiense nº 33, contribuindo na edificação da primeira sede. Em sociedade com Chico Machado e Ludgero Lima Arantes, fundou e dirigiu inúmeros empreendimentos em Piumhi no ramo comercial, agropecuário e imobiliário. Dentre as suas empresas destacaram-se: Hostalácio, Machado e Arantes Ltda, Sociedade Comercial e Exportadora Piumhy Ltda, Sociedade Agro-Pastoril de Piumhy Ltda. Heitor também se destacou como fazendeiro.

DESPEDIDA

Na sua residência, localizada à praça Dr. Avelino de Queiroz, nº 364, Heitor Ferreira Hostalácio, faleceu às 9 horas do dia 3 de agosto de 1980, com 80 anos de idade, sendo vítima de um infarto do miocárdio. O redator do ALTO S. FRANCISCO registrou “*Seu velório foi realizado em sua residência, de onde saiu o féretro no dia seguinte, para o Cemitério da Saudade, com grande acompanhamento*”. Em homenagem ao grande benfeitor seu nome identifica uma rua no bairro Nova Piumhi.

Habilitando créditos em um inventário de 195 anos atrás

‘No crédito de José Joaquim Barbosa estavam dentre vários itens: pano de seda verde, fita preta, renda que foram “*para o caixão de falecidos*”

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O título talvez não chame a atenção do leitor para a importância histórica de um pequeno processo. Trata-se de uma habilitação de crédito ajuizada em 1823 por José Joaquim Barbosa, Manoel da Costa Oliveira e Manoel Gomes de Souza contra em face do espólio de Antônia Maria de Jesus e João Antônio de Castilho. O casal tinha filhos menores por isso o documento foi endereçado ao Juízo dos Órfãos.

No início da autuação lavrada pelo Tabelião Manoel Justino de Freitas Guimarães está perceptível um elemento que chama a atenção do pesquisador histórico: “*Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Mil Oitocentos e Vinte e três, e segundo do Império do Brazil, aos oito de Janeiro do dito anno nesta Villa de São Bento do Tamanduá, Minas e Comarca do Rio das Mortes*” (Folha 1). O Império brasileiro estava nascendo e o poder judiciário através de sua estrutura já funcionava em pleno vigor aproveitando-se da estrutura preexistente da época colonial.

A petição inicial era um requerimento bem simples no qual os credores mal se identificavam e requeriam “*justificar no Inventário da mesma os itens seguintes*” (Folha 2). Em três parágrafos cada credor cita o valor do crédito que pretendia receber do espólio e sua origem. O primeiro foi José Joaquim Barbosa e afirmou ter para receber o valor de seis mil duzentos e noventas e cinco reis “*procedidos de fazenda que lhes comprou ainda em vida a dita finada*” (Folha 2). Depois Manoel da Costa Oliveira que pretendeu habilitar um crédito de seis mil novecentos e setenta e cinco reis “*procedidos de fazenda e gastos de venda ainda em vida da dita finada*” (Folha 2). Por fim Manoel Gomes de Souza buscava receber o valor de vinte mil e vinte e cinco reis “*procedidos de fazenda sua que lhe compraram ainda em vida a dita finada*” (Folha 2). Essas “*fazendas*” não se tratavam de propriedades, mas de tecidos e aviamentos. Exemplo: no crédito de José Joaquim Barbosa estavam dentre vários itens: pano de seda verde, fita preta, renda que foram “*para o caixão de falecidos*” (Folha 3). Quanto a Manoel da Costa Oliveira o valor somava “*cinco oitavas e três quartas e dois réis de fazenda seca de gastos da venda com a moléstia de sua falecida mulher*” (Folha 4).

Pediram que a petição fosse distribuída e autuada, após o que solicitaram a justificação dos créditos e a ordem de pagamento no espólio. A

petição foi instruída de documentos probatórios da dívida. A petição foi distribuída ao Capitão Antônio Afonso de Lamounier, Juiz de Órfãos do Termo do Tamanduá, o qual despachou: “*D. A. Justifiquem, cittados os herdeiros de maior. Lamounier*” (Folha 2).

Para atender seus interesses no inventário que se processava no Termo do Tamanduá, José Joaquim Barbosa, no dia 12 de dezembro de 1822, em sua residência “*neste Arraial de Nossa Senhora do Livramento de Piumhy*” (Folha 5) recebeu o Tabelião Freitas Guimarães e passou procuração para o Capitão José Rodrigues Maia e Antônio Domingos Ferreira de Souza - Advogados Maia e Souza “*aos quais dava poderes para deprocurar* [substabelecer], *requerer, allegar, mostrar e deffender todo o seu direito de Justiça, pedir vista, apellos, agravar, embargar, jurar*” (Folha 5). No dia seguinte, em sua casa de morada Manoel da Costa Oliveira também passou procuração aos mesmos advogados. Já Manoel Gomes de Souza foi ao Tamanduá e no dia 2 de outubro de 1822 passou a procuração aos mesmos advogados.

No dia 10 de janeiro de 1823 João Antônio de Castilho, já na condição de inventariante, foi citado do teor do processo “*por si e como tutor dos órfãos*” (Folha 8V). Na mesma ocasião foram citados também pessoalmente: João Furtado de Souza “*por cabeça de sua mulher*” Joana Maria, João “*por cabeça de sua mulher*” Rita, Maria de Jesus, Antônio Ferreira “*por cabeça de sua mulher*” Delfina Maria de Jesus.

No dia 3 de fevereiro de 1823 os peticionários apresentaram suas testemunhas: Manoel Francisco do Rosário, Manoel Gonçalves Martins Nogueira e Joaquim José de Azevedo. Na mesma data foi realizada a assentada na qual as testemunhas foram qualificadas na presença do Juiz de Órfãos Lamonier e do Tabelião Interino João Ferreira do Amaral.

Manoel Francisco do Rosário, pardo, casado, natural desta Freguesia e morador na Fazenda do Pary Velho, Freguesia do Pinhahy, “*onde vive de Rossa*”, vinte e cinco anos de idade, prestou o juramento dos Santos Evangelhos e declarou que o crédito devido ao José Joaquim Barbosa é verdadeiro e sabia “*já trabalhado em casa do justificado antes e depois do falecimento de sua mulher*” (Folha 9V). Confirmou também o crédito a Manoel da Costa Oliveira explicando “*sabe que costumavão comprar na sua casa de negócio, tanto assim que algumas vezes elle testemunha foi portador para hir buscar em casa do mesmo,*

vinho para a enfermidade daquela fallecida” (Folha 9V). E por fim confirmou o crédito do terceiro credor.

Manoel Martins Nogueira, pardo, casado, natural da Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Pinhahi, onde vive da roça, 24 anos, prestou o juramento dos Santos Evangelhos, o qual também confirmou a existência dos três créditos.

Joaquim José de Azevedo, pardo, casado, natural da Freguesia de Campo Belo, morador na Fazenda do Pary Velho, Freguesia de Nossa Senhora do Livramento de Pinhahi, onde vive de sua lavoura de roça, 52 anos, prestou o juramento dos Santos Evangelhos e declarou que havia presenciado Barbosa cobrar Castilho confirmando os débitos.

Na mesma data o autos foram conclusos ao Juiz Lamounier que deu o despacho “*Vista ao Curador que nomeio ao Advogado o Alferes Luís Marianno de Moraes, que prestará o juramento. Lamonier*” (Folha 12). Posteriormente dispensou-se o juramento por já ter prestado no processo de inventário. No seu parecer o curador ressaltou as declarações das testemunhas exarou “*Ou isto provenha de não se saberem explicar as testemunhas, ou de não lhes existir explicação, contudo o certo hé que os credores Costa e Souza devião apresentar as contas por termo e suas dívidas como fez o credor Barbosa, thé para um julgamento pessoal sobre ellas em suplemento de prova*” (Folha 12V).

Diante disso o Juiz Lamonier decidiu: “*Hei por justificado o deduzido na Supletiva Justificava por visto o que jurarão as testemunha da Inquirição e atenda da módica quantia que exigem os justificantes: jurando com tudo supletoriamente estes, se lhes de pagamento no respectivo Inventário e suas partilhas, salvo o prejuízo dos Orfhãos, e para o vindicarem a todo o tempo, que o conhecerem, e ainda contra os interessados que nada opuserão, tendo sido a tal fim citados, e paguem os justificantes as custas ex causa. Tanduá, 19 de Fevereiro de 1823. Antônio Afonso Lamonier e José Gonçalves Gomes*” (Folha 13 e 13V). A sentença foi publicada no dia 15 de março e três dias depois ocorreu o juramento Supletorio, na presença do Juiz de Orfãos Lamonier “*com alçada no civil por Eleição dos Pilouros na forma da ley*” (Folha 14). Neste termo os procuradores dos credores prestaram juramento dos Santos Evangelhos afirmando serem os créditos verdadeiros. O processo somou 6\$663 e os créditos foram habilitados para que o espólio fizesse o pagamento respectivo.

MELO, Luís Augusto Júnio. Habilitando créditos em um inventário de 195 anos atrás: 'no crédito de José Joaquim Barbosa estavam dentre vários itens: pano de sede verde, fita preta, renda que foram "para o caixão de falecidos"'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 21 out. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

O Novo Testamento do Cônego

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

No século XIX era comum as pessoas se prepararem para a morte. Impressionante é a riqueza dos testamentos que trazem minúcias das últimas vontades dos testadores. Dentre elas davam ordem para o pagamento de dívidas e instruções precisas para a realização de seu funeral.

O Cônego Modesto Luiz Caldeira foi um personagem épico da história de Piumhi. Em outro artigo já analisei seu testamento no qual percebeu-se o reconhecimento de alguns filhos. Era natural de Piumhi, onde nasceu em 20 de outubro de 1820, sendo filho natural de Senhorinha Dephina do Sacramento em relacionamento com então Vigário José Severino Ribeiro. Ordenado sacerdote Católico em 1844, trabalhou como Coadjutor e como Pároco da Paróquia de sua terra natal. Possivelmente, em 1876, recebeu o título de Cônego. Envolveu-se na política: foi presidente da Câmara Municipal de Piumhi (1868/1871) e Deputado Provincial em duas legislaturas.

Padre, político, fazendeiro, escravocrata, empresário, construtor de casas, capitalista são palavras necessárias para construir os traços biográficos do Cônego Modesto Luiz Caldeira. Mas nosso objetivo de hoje não é este, mas sim analisar o seu último testamento.

Pelo que parece ele fez dois testamentos em Estrela do Sul e dois em Piumhi. O derradeiro, feito em sua terra natal, foi o que prevaleceu por ocasião de sua morte.

DOENÇA E MORTE

Com o corpo repleto de edemas (inchaço) o Cônego Modesto Luiz Caldeira teve sua a doença diagnosticada por seu filho, o Dr. Modesto Augusto Caldeira: tratava-se de anasarca -- mal que provocava acúmulo de líquido no espaço extracelular, causado por insuficiência cardíaca ou renal.

A Medicina da década de 1880 quase nada podia fazer para salvar ou melhorar suas condições de vida: mesmo assim o médico prescreveu alguns medicamentos os quais foram comprados na farmácia de Joaquim César Augusto Maia no valor de 93\$740. Na farmácia de Antônio Moreira Guimarães pagou-se inicialmente 59\$200 e depois 36\$800

de receitas do Cônego. Mesmo diante de tantos esforços a morte já era algo esperado e inevitável.

O velho Cônego depois de uma vida atribulada e dividida entre as obrigações do sacerdócio e seus negócios particulares, contava seus 67 anos de idade quando ditou seu último dos cinco testamentos que fez.

Despediu da vida em 13 de abril de 1887. Estava em sua residência rodeado de seus herdeiros quando exalou seu último suspiro. Até aqui tudo normal se seus herdeiros não fossem seus filhos, genros e a própria companheira.

O FUNERAL

Constatada a morte deu-se início aos preparativos para o funeral do ilustre personagem, cuja importância histórica é desprezada pelos conterrâneos em decorrência do seu desconhecimento.

Na casa comercial “José Balbino de Assis e Cia.”, localizada no Largo de São Francisco (hoje Praça Guia Lopes) Vigilato Alves Pereira adquiriu “tábuas de caixeta” e “carta de alfinetes”, pagando 3\$360 (três mil, trezentos e sessenta réis), sendo o recibo assinado por Ramiro Leodoro da Rocha. Esse material foi entregue a José Severino de Souza Guerra para a fabricação do caixão mortuário, o qual recebeu a quantia de 2\$000 (dois mil réis) pelo trabalho.

O mesmo Alves Pereira pagou 60\$000 (sessenta mil réis) ao diretor de Música Carlos Antônio de Alvarenga Machado pelo acompanhamento musical da banda ao funeral.

O Padre Thomaz Joaquim da Silva, Vigário da Pimenta, recebeu RS 53\$000 de “estipêndio que me coube pela assistência funeral do Cônego Modesto Luiz Caldeira” (estipêndio: remuneração por serviço prestado).

MAIS COMPRAS

Um dos estabelecimentos comerciais mais completos de Piumhi nessa época era a Casa Azul - Rocha & Filho, localizada no Largo da Matriz. A loja possuía “grande sortimento de fazenda, armarinhos, ferragens, chapéus de sol e de cabeça para Homens, Senhoras e Meninas. Louça e Molhados. Sortimento completo em Calçados para Homens e Senhoras. Encarrega-se de qualquer encomenda para a Corte. Venda a Dinheiro.

Preços muito reduzidos”. Nessa loja Vigilato Alves comprou vários objetos para o funeral de “crioulinho em 1887” pertencente ao Cônego. Valor não incluso na soma final.

Outro estabelecimento bastante pomposo para a época pertencia à Heitor Antônio de Lima e Mello. Também localizada no Largo da Matriz de Piumhi, esta “loja de Fazendas, Armarinho, Ferragens, Roupas, Chapéus, Louça, Molhados e gêneros do País”. Diferente da anterior esta vendia a prazo através de uma menção na nota: “Pagável em moeda corrente neste lugar em ... de ... de 188... e na falta mais o juro de ... por cento ao mês, pelo tempo que se conceder”.

Nesta loja Vigilato Alves comprou uma infinidade de produtos para o funeral do Cônego: 2 cartas de alfinetes, 2 cadernos de papel almaço, 3 maços de tachas americanas, 2 metros de fita de cetim, 250 gramas de pregos de pontas, 2 pares de dobradiças, 32 parafusos de ferro, 100 cravos dourados, 12 metros de galão amarelo, 4,80 cs de merino preto (lã), 2 metros de algodão trançado, 2,80 Cs de nanzurk (tecido) branco, 22 metros de renda palheta dobrada, 6 metros de corda de linho, 2 metros de veludo roxo, 5,60 Cs de fita larga de gorgorão (tecido encorpado de seda lã ou algodão), 6,60 Cs de renda palheta lisa, 60 Cs de filó com salpicos, 1 peça de renda larga com Valenciana, 56 quilos e 900 gramas de cera em velas -- totalizando 167\$700. Nessa mesma loja o Dr. Modesto comprou ainda uma peça de algodão no valor de 13\$700.

Florentino Aleixo do Couto recebeu 7\$800 do Dr. Modesto Augusto Caldeira provenientes de “objetos comprados para o funeral do Reverendo Cônego Modesto Luiz Caldeira” - não há descrição dos objetos comprados.

Antero Florêncio Rodrigues, residente em Formiga, recebeu do Dr. Modesto Caldeira a quantia de 50\$000 “provenientes de quatro mil bilhetes impressos” de convites do enterro do Cônego.

Não se inseriu o preço da “fábrica” que era o direito sobre o túmulo. Talvez o padre tenha sido isentado desse emolumento. Dessa forma o funeral do Cônego custou exorbitante valor.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Dia de Finados e os mortos piumhienses

A não permissão dos sepultamentos de corpos dos protestantes no cemitério eclesiástico, segundo algumas pessoas foi um dos principais motivos da interdição da antiga necrópole

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Sexta-feira, 2 de novembro de 2018. Hoje se celebra o Dia de Finados, ou seja, dos Mortos. Na liturgia cristã e na crença pagã grega, a memória dos mortos sempre foi celebrada. Quanto ao Dia de Finados, esse deve a sua origem a Santo Odilon, que a 2 de novembro de 998, celebrou a data e decretou essa comemoração para todos os mosteiros ligados ao seu, pedindo que os monges rezassem “por todos os mortos de todos os tempos”. Assim dá-se a essa comemoração, no século XII, a mesma solenidade que se dava à Festa de Todos os Santos, universalizando no século seguinte e recebendo no Calendário Litúrgico, o dia 2 de novembro de cada ano para sua celebração na Igreja Universal.

Uma dúvida tenaz que sempre assolou a humanidade foi a busca de conhecimento do além-túmulo e o que fazer com os corpos dos falecidos. Muitas são as respostas, por exemplo, os indígenas que aqui viveram colocavam seus mortos em urnas de barro chamadas de Igaçabas, usavam normalmente a posição fetal e colocavam junto ao cadáver água e comida, pois achavam que precisariam disso na sua passagem, e enterravam -- outras tribos lançavam-nas aos rios. Algumas comiam seus mortos para absorver suas potencialidades. No caso de guerra devoravam seus rivais para absorverem sua coragem, força e valentia. Já os europeus, de modo especial os portugueses, enterravam seus mortos, e nós brasileiros herdamos essa tradição. A prática de cremação, no Brasil, é recente. Diante dessa reflexão refletiremos um pouco o que os pioneiros piumhienses faziam com os mortos.

DENTRO DA IGREJA

Com a formação do arraial, sob o comando dos bandeirantes paulistas, muitas pessoas se fixaram na área. E com as constantes descobertas em poucos instantes a povoação estava bastante próspera. Junto com o surgimento do arraial veio a Igreja Católica e fixou no centro do aldeamento uma Capela. O certo é que mortos eram sepultados no seu interior, ou por ser pequena nos seus arredores. Com a construção de uma Igreja maior os sepultamentos passaram todos a se realizarem dentro das Igrejas. Como não havia registro a Igreja é quem os fazia nessa época.

No entanto, embora a povoação tenha se formado em 1731, só se tem registro no arquivo paroquial a partir de 1816, sendo o primeiro registro de óbito do seguinte teor: “Manoel – Aos dezessete de abril de mil oitocentos e dezesseis se deu o sepultamento dentro desta Matriz

a Manoel inocente filho legítimo de Joaquim Antônio da Silva e Escolástica Francisca Gondinho, cujo foi encomendado por mim e para constar fiz esse assento que assino. O Vigário José Severino Ribeiro”. Com o passar do tempo o adro da Igreja foi usado como cemitério, uma vez que a quantidade de sepultamento era maior que o espaço que a Igreja oferecia.

O viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, que percorreu as nascentes do rio São Francisco, nos idos de 1819, afirmou que “os brasileiros fazem muita questão de serem enterrados em igrejas”, e, deixou-nos o seguinte relato: “o cura de Piui não permitia que se os enterrasse na capela de que falei há pouco (Capela de São Francisco – Vargem Bonita), transportavam-se os corpos nas costas de homens, da serra até à vila, e, para me servir da expressão do lavrador em cuja casa dormira a duas léguas da cachoeira, os carregadores chegavam quase no mesmo estado que aquele que levavam a enterrar (...)”. O fato de se sepultarem cadáveres em Igrejas, no caso de Piumhi, se dá por dois motivos: de acordo com os legados históricos de João Machado, na época em que não havia sido criada a Paróquia, os padres que aqui vinham aconselhavam que se fizessem os sepultamentos dentro das Igrejas ou se construíssem um cemitério, e pelo fato de se fazerem questão de até depois de morto estar seu corpo num lugar sagrado e perto de Deus. Existem registros que detalham até em que lugar seria a sepultura como, por exemplo, “se deu a sepultura nos corredores desta matriz”.

ANTIGOS ‘SEMITÉRIOS’

Além dos sepultamentos que eram feitos no interior da matriz de Piumhi, e em seu adro havia alguns poucos cemitérios espalhados pela zona rural e arraiais da paróquia, como do “Semitério da Matta”, que funcionava desde os idos de 22 de setembro de 1816 e o “Semitério da Bocaína” (Pimenta), desde julho de 1817. Futuramente passou-se a fazer sepultamentos feitos no interior das capelas de São Roque e São João Batista do Glória, o que também pode ser comprovados pelos livros de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora do Livramento.

Segundo Oscar Alves Rocha o cemitério eclesiástico foi construído pelos padres Balbônios, em 1828. Mas nesse ano os sepultamentos continuaram a ser feitos no interior e no adro da matriz. Já Dom Manoel Nunes Coelho, em O Bispado de Aterrado, determina: “O território da parochia possui dois cemitérios, sendo o 1º, o mais antigo, erecto em 1852 e interditado em 1932 pelo Vigário Bernardo Fernandes Nogueira, de pleno acordo com o prefeito da

épocha, Dr. João Alberto da Fonseca e com a devida autorização do Exmo. Snr. Bispo Diocesano (...)”. O livro de óbitos não determina a data de ereção do cemitério eclesiástico, nem mesmo cita que o sepultamento fora realizado em um cemitério. Há apenas a palavra “sepultou-se a” e a até 1840 ainda havia sepultamento dentro da Matriz.

CATÓLICOS E PROTESTANTES

A primeira religião a se estabelecer em nossa cidade, a não ser a católica foi a “Presbiteriana”, que se instalou aqui no início do século XX. Quando eles se fixaram aqui não houve problemas com a católica, mas com o passar do tempo foi aumentando seus adeptos e quando eles começaram a morrer, surgiu um problema explicado com as palavras de Jorge Lasmar: “(...) Esse cemitério, chamado dos “protestantes”, numa das saídas da cidade, as “Pindahibas”, data de 1904. A Igreja não permitia o sepultamento dos protestantes no cemitério de sua propriedade e, se não me falha a memória, tinha 12 anos, quando foi procedida sua bênção, uma parte no ângulo esquerdo, não recebeu a água benta, tornando-se espaço reservado para sepultamentos dos protestantes (...)”. A não permissão dos sepultamentos de corpos dos protestantes no cemitério eclesiástico, segundo algumas pessoas foi um dos principais motivos da interdição do cemitério antigo, mas havia outro fator que justificava tal atitude: o cemitério estar bem no centro da cidade e a questão da saúde pública.

Oscar Alves Rocha determina como ano da construção do “Cemitério das Pindahibas”, o ano de 1904, tal como Jorge Lasmar, mas como os protestantes eram a minoria poucos eram os sepultamentos realizados no novo cemitério, enquanto que os católicos exigiam serem sepultados no cemitério eclesiástico. José Cristóvão de Lima cita em seus escritos que: “(...) Em 1930, a 20 de setembro, pela lei Municipal nº 528, a Prefeitura Municipal de Piui, adquiriu da Igreja, por cessão os direitos sobre o patrimônio de Nossa Senhora do Livramento, inclusive o cemitério eclesiástico pelo preço de 30 contos de réis (30:000.000), isto se deu na administração do Prefeito Dr. João Alberto da Fonseca, o que fez o cemitério denominado Saudade. Em 1932 fez-se a inauguração sepultando o corpo de dona Olinda Gonçalves da Paz (...)”. Mas o velho cemitério só foi interditado aos 22 de setembro de 1932, quando passaram a ser feito exclusivamente no Cemitério da Saudade, iniciando uma nova etapa da história dos cemitérios piumhienses.

MELO, Luís Augusto Júnio. Dia de Finados e os mortos piumhienses: a não permissão dos sepultamentos de corpos dos protestantes no cemitério eclesiástico, segundo algumas pessoas foi um os principais motivos da interdição da antiga necrópole. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 4 nov. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

Serpente do Oeste faz o seu primeiro centenário

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O futebol é uma paixão nacional. Hoje, dedicaremos algumas palavras ao Serpente do Oeste, apelido carinhoso pelo qual é conhecido o Atlético Piumhiense Futebol Clube -- que neste ano, precisamente em 22 de agosto completou seu primeiro centenário de existência. Trata-se de um dos primeiros clubes de futebol da cidade e da região.

Piumhi, era na época da fundação do Atlético um pacato e poeirento lugarzinho interiorano, cujos habitantes viviam das lides rurais e olhavam uns para os outros com um olhar desconfiado -- típico dos caboclos caipiras mais legítimos. A poeira se levantava pelos ares toda vez que um carro de boi aranhava o solo árido de uma das poucas e esparsas dezenas de ruas

Automóveis nessa época se existiam eram poucos. A alegria da meninada era correr pela rua sempre a brincar das mais inocentes e criativas brincadeiras. As moças e a rapaziada tinham alegria garantida no cinema, o que poderia render uma paquera, consolidada apenas na troca de olhares -- quanta diferença do mundo de hoje...

O Dr. Avelino lutava insistentemente para a construção de um grupo escolar e já havia dotado a cidade de um hospital. Quanto à luz elétrica era algo totalmente desconhecido pelos habitantes, conhecida apenas por “ouvir dizer”. O local era atrasado, precário, mas pelo que se conta e se lê tínhamos um povo feliz e muito menos incomodado pelos afazeres diários do que os piumhienses de hoje.

Como em Piumhi não havia escolas, muitos meninos da cidade, de famílias abastadas ou mesmo de classe mediana que com a custa de muito sacrifício, se faziam alunos em escolas de outras cidades. Lá aprendiam não só as letras e as artes da aritmética, mas conheciam também todas as novidades que demoravam décadas para chegar ao nosso cantinho. Esse caminho tornou-se o elo mais estreito de um projeto imperceptível da construção da modernidade piumhiense. Assim ao visualizarem a fundação do Clube Esportivo na Capital Mineira, logo essa ideia passou a ser disseminada e pleiteada em nossa terra.

Assim o Atlético Mineiro fora fundado em 1908 e partir de então os estudantes piumhienses nutriam a vontade de ver em Piumhi um clube organizado. Em 1918 começaram a esboçar os primeiros projetos e improvisaram um campo de futebol para que pudessem servir à garotada. O terreno era grande, mas um tanto ondulado, o que exigiu farta mão de obra no sentido de aplainá-lo, ressalta-se que os recursos existentes naquela época para essa empreitada consistiam apenas na enxada, enxadões e muita força nos músculos.

Dentre os mais animados e numerosos idealizadores estavam Noé Alvarenga, Gerson Lopes, Misseno, Di Arantes, Quinho, Zibico e Clóvis Couto, este responsável por trazer da capital estadual a primeira bola oficial para Piumhi -- certamente um momento muito comemorado. O campo foi demarcado com tijolos doados por Ramiro Bruno de Lima -- oleiro dos bons lá pelos lados das Capoeiras/ Caxambu e que num futuro não muito distante sofreria

as duras penas da profissão: um reumatismo que lhe presentearia com dores insuportáveis.

Alguns adultos tomaram a dianteira do projeto e consolidaram a fundação oficial do Clube em 22 de agosto de 1919. Eis os fundadores: Coronel Francisco Alves do Couto (Chico Alves -- pai do Clóvis Couto); Clóvis Couto; José Segundo Bruno de Lima; Américo Bruno de Lima; Euzébio Carlos Filho (Zibico); Querubino Mourão; Francisco Camarano; Antônio Mário de Freitas (Pato); Pedro Rezende e outros. Cada qual contribuiu de uma forma e ao que tudo indica o que mais teria despendido dinheiro fora o Coronel Chico Alves, além de ter sido eleito o primeiro presidente da instituição -- tanto fez que emprestou, futuramente, seu nome ao estádio-sede do Clube.

Piumhienses imortais como Dr. Hermeto Júnior; João Menezes; Heitor Ferreira Hostalácio; Américo Arantes; Domingos Goulart; João Soares de Melo; Enock José Ferreira; Nelson Ferreira Leite; Amâncio Cassini Neto; Theodorico Vieira de Souza; Homero Arantes João Gatti, José Guimarães; Urbano de Lima Arantes, além de tantos outros marcaram presença na presidência do quase centenário Atlético Piumhiense.

Segundo Carlinhos Leonel, “Na primeira solenidade atlética, em 7 de fevereiro de 1920, um grupo de moças desportistas que tinha na liderança as senhoritas Marieta Batista Dias e Albertina Ferreira, fez a entrega ao presidente Chico Alves da bandeira oficial do Atlético. Nesta solenidade as senhoritas ofereceram flores aos atletas em um discurso que dizia: a bandeira é a imagem da Pátria e por ela os destemidos soldados derramam até a última gota de sangue” -- estimulando com essas palavras entusiásticas para que os atletas dessem pelo clube recém--criado, em sacrifício, o próprio sangue.

Marcus Arantes registrou, em artigo no ALTO, a citação de Aídil Rainier Alves e Sinval Alves de Melo extraída do livro Capitólio Prosa e Verso: “Foi assim que nasceu o Ponte Alta Esporte Clu-

be (...). Certa vez o então técnico, José Inácio, foi a Piumhi e acertou dois jogos com os diretores do Atlético. O primeiro seria em Piumhi para a inauguração do estádio do Atlético, e o segundo na Ponte Alta, onde seria inaugurado o campo do Ponte Alta Esporte Clube. Não obstante o intensivo treinamento do time de Capitólio, o Atlético venceu as duas partidas, tendo jogado com Zebico, Clóvis Couto, Misseno, Boanerges, Tontonho Pedro, Cifre do João Felicíssimo e outros”. Após as duas derrotas o técnico teria treinado melhor e renovado o elenco por jogadores mais jovens, pedindo uma revanche a qual se realizaria em 1925 no campo da Ponte Alta. Diante de inúmeros torcedores o time da casa virou o campo com derrota por dois a zero, virando na etapa complementar o placar para três a dois, fazendo a alegria do time da casa -- para completar a comemoração o dia terminou em festa com a presença dos jogadores atleticanos.

Hoje o Atlético Piumhiense Futebol Clube é muito mais que um clube esportivo, é uma escola, por onde muitos meninos passam e têm a oportunidade de serem revelados como atletas de qualidade, além de evitar que muitas crianças se percam pelo mundo dos vícios e das drogas -- um compromisso social de grande relevância na sociedade piumhiense, e que na maioria das vezes passa despercebido.

Que o espírito entusiasta nascido há 100 anos continue vivo em nossos corações a fim de que possamos fazer do Atlético Piumhiense um celeiro de glórias. Parabéns à diretoria, aos jogadores, aos alunos da escolinha de futebol, aos simpatizantes, amigos, aos torcedores e a todos que fazem parte dessa história de muito sucesso. Aproveitando a oportunidade e o assunto registro aqui também os parabéns aos jogadores e à comissão técnica da Seleção de Piumhi pelo vice--campeonato da Alterosa -- no ano que vem quem sabe subiremos mais um degrau no pódio -- é o nome de Piumhi levado por esse rincão afora...

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

Ser Médico

MOACIR SOARES BATISTA

A Medicina é um sacerdócio. Assim aprendemos na faculdade e ao exercê-la 24 horas por dia, levá-la aonde formos, em viagens no avião, clube recreativo, descendo de bike um vulcão (isto aconteceu com minha esposa que é médica), pois sempre que alguém precisar de cuidados médicos ali estaremos nós. Não é somente uma vocação, faz parte de nós incondicionalmente: um vício! Muitos plantões, noites mal dormidas, ausências do convívio familiar retratam nossa vida profissional.

Mesmo assim somos orgulhosos e felizes com nossa profissão. Difícil conseguir e mais difícil de continuar sendo médico. Li outro dia de um colega que “*o médico é um estudante até o dia que ele morre. Uma vez que ele considera que não é mais estudante, o médico morre dentro dele*”.

Cabe a nós não praticarmos procedimentos sem comprovação científica, sempre reconhecendo nossas habilidades e

limitações profissionais, ter capacidade de raciocínio por dedução, comparação, teorização e outras operações mentais. Lidar com o novo, com adversidades e substancialmente com a dor do outro. A relação médico-paciente agora é intermediada por alta tecnologia através de exames complementares cada vez mais sofisticados.

Porém, mais importante ainda é o contato pessoal de confiança e respeito com nossos pacientes, percebendo o Ser Humano Doente. Segundo palavras de um colega, Dr. Alessandro B. Travizani, “Ser médico é muito mais que vestir um jaleco branco e saber lidar com sangue. Ser médico é estar ciente que lidar com vidas humanas em perigo exige vocação para o sacerdócio, humanismo e abnegação de prazeres da vida em prol do estudo contínuo”.

MOACIR SOARES BATTISTA, médico pediatra, piumhiense, residente em Viçosa (MG)

MELO, Luís Augusto Júnio. Serpente do Oeste faz o seu primeiro centenário: Atlético Piumhiense Futebol Clube. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 11 nov. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

O impacto da Proclamação da República em Piumhi

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Os ideais republicanos permeavam o pensamento dos brasileiros desde os tempos coloniais quando do surgimento das inconfidências Mineira (1789) e Baiana (1798). Na verdade eram desdobramentos do pensamento iluminista. No entanto como partido, os republicanos se organizaram apenas em 1873 com a fundação do Partido Republicano na Conferência de Itu (SP). Assim os republicanos passaram a fazer oposições mais concretas ao governo monárquico. Devido a alguns fatores como a abolição da escravidão, a Guerra do Paraguai e o rompimento com a Igreja Católica, a monarquia não resistiu e em 1889 caiu. O marechal Deodoro da Fonseca liderou o episódio que não contou com a participação do povo. O futuro ministro republicano Aristides Lobo afirmou que *“O povo assistiu bestializado à Proclamação da República, muitos acreditavam ser uma parada (desfile militar)”*. Em 15 de novembro, a experiência republicana brasileira completou seus 129 anos, e nos traz uma incógnita: que impacto e mudanças esse episódio trouxe para o país e para Piumhi.

Em linhas gerais desconsiderando os pormenores as mudanças ocorridas em nosso país, por incrível que se pareça não foram muitas, dentre as quais destaco as seguintes: o país deixa de ser Brazil e torna-se Brasil; o imperador cede lugar ao presidente, que deveria ser eleito pelo voto; as províncias são transformadas em estados; há uma diminuição do número de eleitores, uma vez que os analfabetos, padres e alguns militares deixam de ter o direito ao voto; o voto censitário (baseado na renda) é substituído pelo voto de cabres-

to, ou seja, a manipulação eleitoral continua sendo exercida, ainda coordenada pelos coronéis; o registro e casamento civil tornam-se obrigatórios. É importante ressaltar que a elite imperial, descontente com a forma de governo aplicada por Dom Pedro II e seus conselheiros, fez a Proclamação da República e tornaram-se a elite republicana.

Se no Brasil as mudanças não foram radicais, em Piumhi também não haveria de ser. Como bem e sabiamente escreveu a advogada Jusiane Batista Lopes Teixeira *“o contexto político brasileiro foi alterado com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, certamente os camaristas piumhienses ficaram aguardando notícias, orientações ou mesmo decisões do Governo Provisório do Brasil e de Minas”*, em texto vinculado no site da Câmara Municipal de Piumhi. Do ponto de vista administrativo da municipalidade a constituição de 1891, a primeira republica, no seu artigo 68 dá a seguinte orientação: *“Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse”*. No entanto, o que percebemos na prática é que essa plena autonomia nunca existiu, por dois motivos: a matéria constitucional é vaga, subjetiva e dá inúmeras margens interpretativas, e nunca foi corroborada pelas constituições estaduais. A República sugeria também a separação dos poderes legislativo e executivo, mas isso só se concretizou na Constituição de 1934.

Nos anos de 1889 e 1890 o poder máximo municipal, de acordo com o saudoso Oscar Alves Rocha, esteve nas mãos de, respectivamente, Francisco de Paula Xavier e Heitor An-

tônio de Lima e Melo responsáveis pelo processo de transição. Não se pode apurar muita coisa de concreta sobre essa transição devido à mudança da sede da Câmara Municipal de Piumhi, mas em um momento oportuno a aprofundaremos.

Conseguiu-se, contudo definir que Xavier era natural de Pimenta e que foi casado com Deolinda Querubina de Oliveira, com quem se casou em Piumhi aos 13 de maio de 1864. Já Heitor de Lima casou-se aos 16 de outubro de 1880, em Piumhi, com Querubina Deolina de Oliveira Alvim. Interessante é que as esposas de Xavier e Lima eram irmãs gêmeas. O Dr. Vicente Soares Ferreira, piumhiense morto com mais de um século de vida em Belo Horizonte relatou que “a maior festa que presenciara em sua vida foi a comemoração da Proclamação da República em Piumhi em novembro de 1889. Um dos piumhienses de maior entusiasmo com o pensamento republicano era Aristides Godofredo Caldeira, filho do Cônego Modesto Luiz Caldeira.

O registro civil era uma das aspirações republicanas, e como Dom Pedro percebeu que a monarquia não caminhava bem, começou a conceder algumas desses ideais da República para tentar acalmar os ânimos e manter seu governo de pé. Dessa forma, algumas cidades *especiais* ganharam cartórios civis no período final da monarquia, foi o caso de Piumhi. O Cartório do Registro Civil foi instalado aos 4 de janeiro de 1889, sendo o primeiro oficial José Feliciano da Costa Terra. Na justiça pouco se mudou, pois continuava independente do legislativo e do judiciário.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A política na Piumhi de meados do século passado

Origens de acirradas disputas: o PSD x UDN ou UDN x PSD



O pessedista Dr. Jair Ferreira Leite

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

O trocadilho que inicia a crônica dá noção do grau que eram as disputas políticas entre esses dois partidos que hoje resgatamos suas origens. Com a queda de Getúlio Vargas em 1945, o espírito democrático abriu caminho para o pluripartidarismo, mas as severas disputas políticas e partidárias acirraram em todo país em dois polos: UDN x PSD. Embora, entre 1945 a 1964, existissem outros partidos havia um predomínio desses dois grupos políticos.

Anunciadas as eleições nacionais a UDN lançou apoio ao Brigadeiro Eduardo Gomes, enquanto o PSD apoiava o candidato General Eurico Gaspar Dutra, este com apoio de Vargas foi eleito presidente da República com 55% dos votos.

Em Piumhi, o PSD firmou-se oficialmente como partido político em Piumhi aos 15 de julho de 1945, sob a liderança do farmacêutico Artede Almada Alvim, então Prefeito Municipal. Na referida data, ao

meio dia, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal de Piumhi se reuniram “os mais legítimos representantes das classes liberais, industriais, comerciantes, agricultores e funcionários públicos diversos”.

Na ocasião o presidente “ex-poz em linhas gerais o seu ponto de vista sobre a significação do momento na vida do Município, do Estado e da República”. As palavras do orador da mesa, o farmacêutico João Menezes, caracterizaram o perfil de cada um de seus componentes. Por aclamação a direção do PSD piumhiense ficou definida da seguinte forma Presidente de Honra: Padre Abel de Abreu Vouguinha; Presidente: Artede Almada Alvim; Vice-Presidente: Álvaro Arantes; 2º Vice-Presidente: Dr. Jair Ferreira Leite; Secretário Geral: Dr. Manoel Hermeto Júnior; 1º e 2º Secretários: Enock Ferreira e Antônio Rui Almada; 1º e 2º Tesoureiros: Bernardino Polcaro e Antônio Alves da Costa. Assinam a ata lavrada pelo professor Osmany Lima mais de 100 pessoas.

Tão logo fundado o PSD manifestou maciço apoio à candidatura do Marechal Dutra para Presidente da República. O fundador do Jornal Alto S. Francisco, José Firmino Pereira aluga ao amigo Manoel Hermeto Júnior seu *semanário independente* justificando que ele foi “cedido a um amigo para uma campanha de seu interesse”. Assim o Dr. Manoel Hermeto Júnior, novo diretor do jornal inaugura o que chama de *Nova Fase*.

O **ALTO** em dezesseis edições passou a ser um verdadeiro “*órgão do PSD*”, sob um texto



O udenista Dr. Oswaldo S. Machado

de título *Nosso Programa*, Dr. Hermeto explica que “*apóia a orientação do ilustre prefeito, Artede Almada Alvim, presidente do Partido Social Democrático*”. Em 19 de novembro de 1945 retoma a direção do Alto José Firmino Pereira que resgata sua condição de *Semanário Independente*.

A UDN piumhiense origina-se em torno das figuras dos irmãos doutores Oswaldo e Oscar Soares Machado, este chegou a ser membro do Diretório Estadual do partido. Sem dúvida a primeira vitória de maior importância da UDN foi a deposição do presidente Vargas. Como não havia vice-presidente, José Linhares foi convocado pelas Forças Armadas para o cargo, uma vez que era Presidente do Supremo Tribunal Federal. Linhares governou de 30 de outubro de 1945 até 31 de janeiro de 1946, sendo a sua marca principal a realização das eleições presidenciais.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

A Disputa da UDN e PSD

Primeira queda de braço: a última vassourada

LUÍS AUGUSTO JÚNIO MELO

Na edição anterior buscamos a origem dos partidos UDN e PSD que polarizaram as disputas eleitorais em Piumhi entre os anos de 1945 a 1964. Destacou-se que o senhor Artede Almada Alvim ocupava o cargo de Prefeito Municipal e ao mesmo tempo presidente do PSD na cidade.

Quando Getúlio Vargas foi deposto do Estado Novo, em 1945, não havia vice-presidente da República. Para suprir a vaga presidencial, José Linhares foi convocado pelas Forças Armadas para assumir o cargo, vez que era presidente do Supremo Tribunal Federal. Linhares governou de 30 de outubro de 1945 até 31 de janeiro de 1946, sendo a sua marca principal a realização das eleições presidenciais.

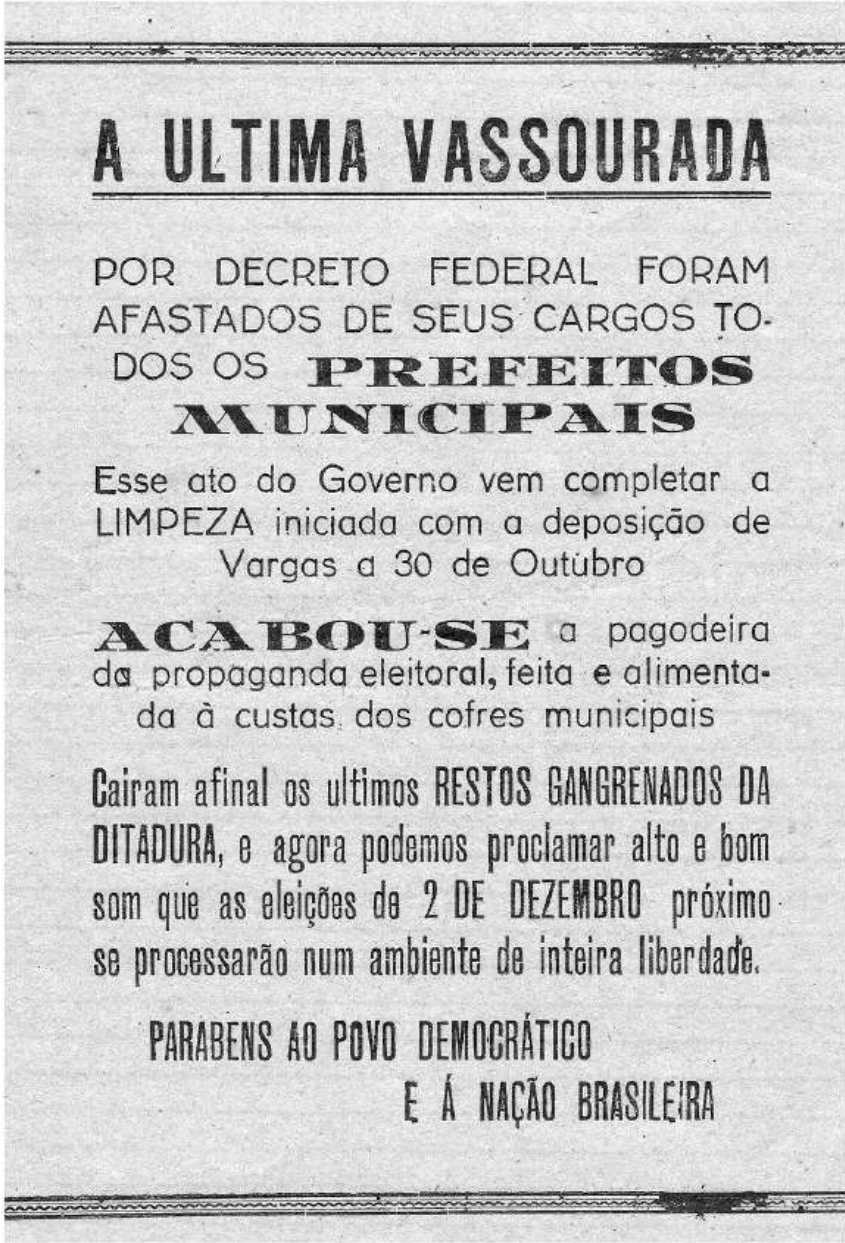
Os novos donos do poder entendiam que a manutenção dos políticos nomeados na época do Estado Novo para o exercício do comando dos executivos estaduais e municipais poderia resultar em manipulação e interferência no processo eleitoral. Diante do impasse foram nomeados em muitos municípios do país novos prefeitos que tinham como missão uma, exclusiva e específica de comandar com imparcialidade as eleições ao lado do Juiz Eleitoral.

Assim, em Piumhi, o prefeito Artede Almada Alvim foi afastado do cargo, sendo substituído por um desconhecido belo-horizontino chamado Newton Borges, cuja missão principal era “garantir liberdade do voto no município e absoluta imparcialidade do governo municipal no pleito que hoje decorre”. É certo que essa atitude foi fruto das pressões da UDN, na época por apoiar o Brigadeiro Eduardo Gomes acabaram ganhando o apelido de *brigadistas*.

Quando o **ALTO S. FRANCISCO** retoma sua condição “*semanário independente*”, na edição de 19 de novembro de 1945, passa a divulgar sob orientação da UDN propaganda política em favor do Brigadeiro Eduardo Gomes. Nessa mesma edição, como legenda de uma foto do presidencialista udenista lia-se: “*Brigadeiro Eduardo Gomes: O candidato do povo brasileiro à presidência da República*”.

VASSOURADA

Em outra edição do **ALTO** circulou um boletim udenista



Panfleto político que circularia encartado ao **ALTO** em novembro de 1945

cujo título era “*A última vassourada*”. Após o sugestivo e irônico título os udenistas manifestavam a sua euforia no afastamento do prefeito Artede Almada, num documento cujo teor era: “*Por decreto federal foram afastados de seus cargos todos os Prefeitos Municipais. Esse ato do Governo vem completar a limpeza iniciada com a deposição de Vargas a 30 de outubro. Acabou-se a pagodeira da propaganda eleitoral, feita e alimentada à custa dos cofres municipais. Caíram afinal os últimos restos gangrenados da ditadura, e agora podemos proclamar alto e bom som que as eleições de 2 de dezembro próximo se processarão num ambiente de inteira liberdade. Parabéns ao povo democrático e a Nação Brasileira*”.

Embora os esforços dos udenistas fossem muitos, o marechal Dutra acabou sendo eleito e os udenistas tiveram que reconhecer que “*o povo está satisfeito com os homens que o governam há quinze anos, e neste caso votou pela sua continuação (...). Com Eduardo Gomes ou com Gaspar Dutra viva a Democracia para o bem do povo brasileiro*”.

Em Piumhi o resultado das eleições presidenciais foi o seguinte: Do total de 4.118 eleitores votantes, o General Eurico Gaspar Dutra obteve 2.536 votos (61,58%); o Brigadeiro

Eduardo Gomes 1.581 votos (38,39%); e Yedo Fiúza 1 voto (0,03%). Nesta época além do município integravam a Zona Eleitoral desta Comarca as cidades de Guapé e Guia Lopes (hoje São Roque de Minas), nas quais saiu vitorioso o Brigadeiro. Entretanto a diferença em Piumhi foi tão grande que na soma dos votos da comarca Dutra ainda venceu. Na primeira queda de braço o PSD saiu vitorioso, entretanto a UDN aguardava ansiosamente pela *revanche*.

Terminadas as eleições o prefeito deposto no período eleitoral, Artede Almada Alvim, foi reconduzido ao cargo -- os prefeitos continuariam sendo nomeados até a elaboração e promulgação da nova Constituição Democrática para o país.

PS. Quero registrar o meu pesar pelo falecimento de dona Hebe Bruno. Mentora e principal entusiasta desse articulista, Dona Hebe é para mim um exemplo a ser seguido na defesa da história e da cultura de Piumhi. Sua morte deixou um profundo vácuo na sociedade piumhiense e com o coração cortado penso quem sabe agora seus conterrâneos aprendam a valorizar seus esforços e legado. Plagiando o costume do colega Adelmo Leonel: “A benção, Dona Hebe”.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

‘Vá chorar na cama que é um lugar mais quente!’

‘A oposição de Piumhi mais uma vez, como sempre, é vencida e derrotada esmagadoramente!’

LUIZ AUGUSTO JÚNIO MELO

A vitória do PSD na eleição de 2 de dezembro de 1945 foi amplamente comemorada. Um folhetim foi espalhado na cidade e foi deste que extraímos o título desse artigo. A criatividade empregada nesse panfleto é digna de um grande intelectual dotado de conhecimento e sarcasmo.

Utiliza-se do ícone de uma viúva chorando na lápide tumular que traz a inscrição: “Aqui jaz a candidatura Eduardo Gomes”. A viúva a chorar representa a UDN derrotada nas eleições de dezembro de 1945. Na cerca do cemitério destaca uma coruja com olhos bastante arregalados com um letreiro ao pescoço escrito “Esquerdada democrática”. Abaixo da ilustração se lê a frase: “Vá chorar na cama que é lugar mais quente!”. Como quem chora é a UDN sob forma de uma viúva, o que os pessedistas sugeriam é a UDN fosse chorar cama em virtude da expressiva votação dos rivais na eleição de 2 de dezembro.

O panfleto tem como título em letras garrafas “DOBRE DE FINADOS PARA OS BRIGADEIRISTAS DE PIUMHÍ!”. Demonstrando irritados com situação abaixo do título escreveram: “Socega, Leão! HODIE MIHI CRAS TIBI – do Alto S. Francisco de 19-XI-45”. A frase em latim pode ser traduzida para: “Hoje por mim, amanhã por ti”, utilizada com frequência, naquela época, associada a uma figura de crânio humano, próximo aos portões dos cemitérios.

A citação do **ALTO** e uma edição específica refere-se a um texto publicado sob o título “Pecado Original” no qual fazia referência de que a candidatura de Dutra à presidência era “Filha dileta de um agente da ditadura, que foi o Sr. Benedito Valadares, sem autoridade para falar em nome do povo que apenas o aceitava como a mais truculenta imposição do Sr. Getúlio Vargas, a candidatura do Sr. Dutra está fadada ao fracasso inevitável” e “durante anos ministro da ditadura levou nossos moço à Itália, onde alguns dormem o último sono no Cemitério de Pistoia”.

Naquela edição o **ALTO** utilizava a frase em latim num pequeno texto que fazia saudação ao Tenente Dilermando Silva que retomava ao comando da força policial da cidade e proibira o uso de fogos no período eleitoral. O problema foi o tom de vitória utilizado pelos redatores dos dois textos, os quais inflamaram e cutucaram o ego elevando à questão a um sentimento similar ao ódio dos militantes do PSD.

Continua o folhetim:

REPRODUÇÃO



Panfleto pessedista que circularia em 1945; ‘garboso e vitorioso’

“Toma posse hoje o grande vitorioso Presidente da República (como sempre dissemos) – o **INCLITO GENERAL EURICO DUTRA!**”. Segue o texto: “A oposição de Piumhi mais uma vez, como sempre, é vencida e derrotada esmagadoramente! Nada lhes valeu a sabedoria do Rabicó, que com sua cara feia e fechada não cansou de franzir a sua grande testa para infundir respeito! Nem a profecia do Dr. **TENENTE!** Nem o estro poético do Dr. Caxias! Nem a astúcia do Dr. Marinha da ...! Nem o prestígio dos 4 candidatos à delegacia! Nem a força que fizeram os cabozinhos eleitorais! Como estão sofrendo os pobres diabos dos rabricós e especialmente os que aderiram à UDN em última hora! **SÓ ARES** mesmo de prestígio e de vitória poderiam eles almejar com tanto entusiasmo!”. No início do texto não conseguimos identificar o destinatário da crítica explícita, mas quando se coloca em negrito as palavras “só ares” percebemos com clareza que o alvo das palavras e críticas são os irmãos Oswaldo e Oscar Soares Machado, líderes políticos da UDN. O tenente Dilermando também foi alvo da crítica.

O documento continua: “Quanto castelo fez o vencido e **VALENTE** Presidente da UDN de Piumhi! As suas lágrimas, coitado, devem hoje queimar-lhe a cara, mas ele deverá chorar na cama que é mais quente e ficar bem sossegadinho como um leão que não aguentou o batido. E os seus companheiros? Abatidos e tristonhos, farão coro ao choro de seu inditoso e infeliz presidente. Quanta amarga desilusão para essa gente! Os rabricós foram mesmo sempre infelizes quando, há poucos dias, sonharam (com o sol quente) com a vitória, escureceram o céu de Piumhi com tanto foguete! Por caiporismo, coitados, p Alto S. Francisco de 19-XI-45 trouxe-nos a seguinte notícia: **«o espoucar de lógos não ecoa de modo agradável aos ouvidos dos derrotados»**. Coitados, merecem hoje nossa compaixão! Nada puderam conseguir! Nem mesmo elegerem os seus padrinhos Pedrinho Aleixo e o velho Bernardes! Os rabricós enlutados, nervosos, aborrecidos e «sumidos» também, procuram alívio para o seu sofrimento mas, o seu despeito é tão grande que não encontram remédio... A todos eles, especialmente aos inditosos dirigentes e **PRESTIGIOSOS POLITICOS** da oposição, as condolências do **GARBOSO E VITORIOSO P.S.D.** de Piumhi”.

Quanta amarga desilusão para essa gente! Os rabricós foram mesmo sempre infelizes: quando, há poucos dias, sonharam (com o sol quente) com a vitória, escureceram o céu de Piumhi com tanto foguete! Por caiporismo, coitados, p Alto S. Francisco de 19-XI-45 trouxe-nos a seguinte notícia: o espoucar de fogos não ecoa de modo agradável aos ouvidos dos derrotados”.

A crítica estava na proibição do uso de fogos no processo eleitoral determinado pelo Tenente Dilermando Silva, comandante policial de Piumhi, a requerimento da UDN.

Seguindo o texto continua a lamúria política: “Coitados, merecem hoje a nossa compaixão! Nada puderam conseguir! Nem mesmo elegerem os seus padrinhos Pedrinho Aleixo e o velho Bernardes! Os rabricós enlutados, nervosos, aborrecidos e sumidos também, procuram alívio para o seu sofrimento mas, o seu despeito é tão grande que não encontraram remédio. A todos eles, especialmente aos inditosos dirigentes e prestigiosos políticos da oposição, as condolências do **GARBOSO E VITORIOSO PSD** de Piumhi”.

Pedro Aleixo e Artur Bernardes eram os candidatos ao senado apoiados pela UDN.

No entanto, a euforia do PSD não duraria por muito tempo: o troco veio rápido na eleição para governadores e depois para prefeito e vereadores, mas antes desse assunto veremos a dança das cadeiras dos prefeitos em Piumhi: 8 prefeitos em 1 ano.

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com

MELO, Luís Augusto Júnio. 'Vá chorar na cama que é um lugar mais quente!': 'A oposição de Piumhi mais uma vez, como sempre, é vencida e derrotada esmagadoramente!'. **Alto S. Francisco**. Piumhi, ano 98, 16 dez. 2018. Memória Piumhiense, p. 2.

A dança das cadeiras no comando de Piumhi: 8 prefeitos em um ano

ALTO ARQUIVO



Artede Alvim abriu ciclo em 1946...

LUIZ AUGUSTO JÚNIO MELO

Após a realização das eleições de dezembro de 1945 o prefeito Newton Borges deixou o cargo e consequentemente a cidade de Piumhi, pois tinha cumprido o objetivo pelo qual havia sido nomeado: comandar administrativamente, de forma neutra, o processo eleitoral. Diante da retirada do prefeito interino do município, Artede Almada Alvim se viu reconduzido ao posto. A eleição do presidente Eurico Dutra manteria “interventores” ligados ao PSD no comando de nosso Estado, função que recaiu sob a tutela de João Beraldo (PP) governando de 3 de fevereiro de 1946 a 14 de agosto de 1946, quando foi substituído por Júlio Ferreira de Carvalho (AL – Aliança Liberal) que governou até 16 de novembro de 1946, ocasião que foi sucedido por Noraldino Lima (AL – Aliança Liberal) que governou até 20 de dezembro de 1946, quando foi nomeado Alcides Lins que governou até posse do primeiro governador eleito após a redemocratização, ocorrida em 19 de março de 1947.

Durante esse período caberia aos interventores a nomeação dos Prefeitos. Essa nomeação se fazia por simples decreto conforme a conveniência dos governadores. Após a posse de Milton Campos (UDN), primeiro governador eleito e empossado após a redemocratização do país, esse procedimento de nomeação de prefeitos continuou sendo utilizada até a realização das eleições municipais que aconteceram em 23 de novembro de 1947. Antes de Milton Campos Piumhi teve prefeitos pessoas ligadas ideologicamente ao PSD e após a posse deste político simpatizantes da UDN. Esse impasse fez com que no espaço de um ano Piumhi tivesse oito prefeitos. Imensurável os prejuízos causados por essa instabilidade política.

O fato do PSD e UDN serem partidos novos, gestados no processo de redemocratização do país fez com que essas identidades políticas não se mostrassem homogêneas na sua forma de pensar. É claro havia as diretrizes comuns e gerais, mas dentro de um próprio partido tinha divergências, incoerências e contrassensos. Paralelo a essas contradições na formação da identidade dos partidos havia

também as disputas internas pelo poder local.

Em consequência dessas disputas internas dentro do PSD ocorreu, em julho de 1946, o afastamento definitivo do prefeito Artede Almada Alvim. O sucessor de Alvim foi outro pessedista o coletor estadual Almir de Paiva Rezende que governou o município por curto período de tempo. O Alto S. Francisco de 21 de julho de 1946 noticiou “Tomou posse do cargo de prefeito dêste município para o qual fôra designado, o sr. Almir de Paiva Rezende. Cavaleiro sensato e ponderado saberá certamente a orientar a sua atuação no governo de Piumhi, por diretrizes essencialmente democráticas e progressistas”. Seguindo o texto o redator anuncia a maior dificuldade do novo prefeito “Assumindo a chefia da administração local num momento em que a opinião pública do município acha-se dividida pelas últimas competições partidárias, terá o novo prefeito que desenvolver eficiente trabalho reconciliador, para que seus esforços não se tomem improdutivos”.

Entretanto, em outubro foi “chamado ao cargo efetivo de coletor estadual, com prejuízo para o município, pois o ex-prefeito já delineara o seu programa de governo” (ALTO Nº. 929 de 21/07/1946). É necessário ressaltar que durante o curto tempo em que governou a cidade lutou por seus interesses indo a Belo Horizonte, capital do Estado, diversas vezes com o intuito de “trabalhar ativamente na solução dos diversos problemas que óra afligem esta comuna” (ALTO Nº. 924 de 04/08/1946 - sic). Em setembro de 1947 foi transferido para a Coletoria de outra cidade. Mais uma vez o jogo de interesses dos grupos dominantes do PSD provocou sua efetivação na Coletoria Estadual e posteriormente sua transferência para outra cidade: era o jogo das nomeações.

Na edição do ALTO de 21 de julho de 1946, citada anteriormente, é também noticiada a vinda e posse do novo juiz de Direito da Comarca de Piumhi, Dr. Alfredo Guimarães Chaves, vindo de Alto Rio Doce, para substituir o transferido José Nogueira de Acayaba. Dr. Alfredo era considerado por muitos um udenista de coração.

Na vaga deixada pelo afastamento do prefeito Almir de Paiva, por ato do Interventor Federal do Estado de Minas Gerais Júlio Ferreira de Carvalho de 24 de setembro de 1946 foi nomeado para o cargo de prefeito Municipal de Piumhi o senhor Enoch José Ferreira. A posse se deu em 1º de outubro de 1946. O redator do ALTO descreveria o novo prefeito e seus desafios através das palavras “contando em seu favor com a mocidade e um forte espírito empreendedor, o sr. Enoch Ferreira tem contra a sua administração a situação pouco lisonjeira dos cofres públicos” (ALTO Nº. 929 de 20/10/1946).

Enock Ferreira, membro de

ALTO ARQUIVO



... fechado por José Firmino em 1947

destacada família piumhiense, deixou o cargo em dezembro de 1946. Dessa data até 25 de março de 1947 o poder foi dividido entre dois funcionários da Prefeitura Municipal de Piumhi, Pedro de Alcântara Veloso e Osmany Lima. Aquele era músico e foi o fundador da Lira São José, enquanto o outro além de funcionário público era também professor.

Após a posse do governador udenista Milton Campos foi nomeado para o cargo de prefeito, naturalmente um membro da UDN. A função recaiu sobre o advogado Oscar Soares Machado. A nomeação do distinto advogado se deu em 25 de março de 1947 e o eufórico redator do Alto S. Francisco deixou transparecer sua vibrante euforia pelas palavras: “a notícia dessa nomeação foi recebida com viva satisfação em toda a comuna. Júbilo natural, conhecidas como são as qualidades morais do novo prefeito que aliadas a uma perfeita visão administrativa e grande capacidade de ação, poderiam com êxito a situação atual do município, que pode ser considerada grave” (ALTO Nº. 950 de 30/03/1947).

Porém, Dr. Oscar Machado teve curta duração no comando do município, pois em 13 de abril de 1947 tomou posse como prefeito de Piumhi o farmacêutico udenista Clóvis Couto, recebendo o cargo do prefeito interino Osmany Lima. O ALTO de 20 de abril de 1947 declarava que “coube ao prefeito Clóvis Couto o governo democrático de sua terra, mesmo antes da reconstitucionalização do município”.

Sucedeu Clóvis Couto o jornalista e fundador do jornal Alto S. Francisco, José Firmino Pereira, responsável por comandar o processo eleitoral municipal ao lado do Dr. Alfredo Guimarães Chaves no final do ano de 1947. Como já se disse anteriormente o Juiz era tido como militante da UDN e o resultado desta eleição vai ser de fundamental importância para uma suposta confirmação daquilo que antes era apenas uma hipótese implantada pelos pessedebistas. É hora de preparar a primeira revanche da UDN.

Registro aqui meus sinceros votos de Feliz Natal e de um Próspero Ano Novo a todos os piumhienses!

Fale com o autor:
professorluismelo@gmail.com